

Degração Audiência Pública 17.06.26 RIVI RESIDENCIAL AVANGARDEN

Empreendedor: Avangarden Quinhão 16 SPE LTDA

Empresa responsável pelo estudo: CADMO Engenharia

Legenda:

(hh:mm:ss): Tempo da fala.

(...): Trechos ou palavras inaudíveis.

...: pausa.

(?): Palavra ou trecho sem compreensão.

*(!): dúvida na transcrição

Expressão(?) dúvida no entendimento escrito

(00:00:00) Sra Natália Almeida

Olá boa noite a todas e todos. Hoje dia 17 de Junho de 2026, são 19h31 minutos vamos dar início então a nossa audiência pública de apresentação do Relatório de Impacto de Vizinhança Horrível do Parcelamento de Solo urbano, que é denominado Avant Garden. Inicialmente gostaria de saudar a todas e todos, agradecer pela presença, dar as boas vindas e dizer que nós do Brasil Ambiental estamos aqui no sentido de dar cumprimento não só a uma regra, um procedimento estabelecido no licenciamento ambiental, mas sobretudo para estar próximo da comunidade que possivelmente está afetada pela implantação desse empreendimento. Ouvindo todas as sugestões, críticas e melhorias que possivelmente os senhores tenham a contribuir na noite de hoje, Então, desde já eu agradeço a todas e todos pela presença. Deixo aqui todas e todos muito à vontade para fazerem suas intervenções, fazendo sobretudo não esquecendo de fazer um registro de presença ali na entrada do nosso salão. Bom, falando em salão, gostaria de agradecer também ao pessoal da paróquia por acolher nos nesse espaço que é muito confortável. Enfim, ali logo atrás temos banheiros, temos ali água também disponível para todas e todos. E é isso. Vamos então dando início hoje à nossa audiência, começando agora às dezanove e trinta e um, tendo o seu término previsto às vinte e um, vinte e dois horas e trinta e um minutos. Nesse tempo de três horas já estão incluídos os tempos de manifestações, intervalos, quinze minutos de intervalo e também participação de todas e todos os presentes que se assim desejarem. Essa audiência também está sendo transmitida através do Canal do Brasil Ambiental no YouTube e ela fica também gravada no nosso, no nosso canal, Para aqueles que quiserem e puderem assistir posteriormente, também o façam. Então no nosso canal também tem disponíveis todas as audiências que nós já fizemos ao longo da nossa história e mais recente nos últimos anos. Então essa aqui também terá esse procedimento aí de registro lá no nosso canal e vou lembrá los também desse desse, dessa atividade de parcelamento de solo, né? Atividade de parcelamento de solo Via de regra, seja ele urbano ou rural, ele tem seguir a etapa de audiência pública para que o licenciamento ele seja validado. Então, nessa atividade, especificamente do parcelamento, nós estamos aqui hoje apresentando. Na verdade, não. Mas a empresa que vai apresentar o empreendimento que se pretende instalar aqui na região. Vamos lá. O embasamento legal da nossa

audiência. Ele está hospedado na Resolução CONAMA número nove de oitenta e sete, na Lei Distrital cinquenta oitenta e um de dois mil e treze, na Lei Orgânica do DF, lá no seu artigo duzentos e oitenta e nove e na nossa Instrução Normativa do Brasil Ambiental, a Instrução número onze de dois mil e vinte e quatro. Essa Instrução Normativa onze de dois mil e vinte e quatro. A norma mais detalhada e dá todos os procedimentos necessários para a realização dessa audiência, que vão desde estabelecimento de segurança, estrutura, infra estrutura de espaço físico, segurança, linguagem brasileira de sinais, enfim, todas as exigências que são necessárias para que esse evento ocorra da maneira mais adequada e possível. Tá bom? Então vamos para os dados gerais desse processo de licenciamento que está em curso no Brasil Ambiental. A numeração do processo é o zero zero três nove um zero zero zero um zero zero nove um dois mil e vinte e cinco dígito sessenta e cinco. Novamente apresentando o empreendimento. Nós estamos aqui falando hoje do parcelamento de solo denominado Avangarden. Ele fica localizado no endereço que não dezasseis o Jardim Botânico, aqui bem próximo a nosso endereço aqui. A licença que nós estamos hoje analisando aqui é a licença prévia da atividade Parcelamento do solo urbano. O empreendedor se chama A Vanguarda, em que é um dezasseis SPL imitada e a empresa que foi responsável pela elaboração do estudo é a CADMO Engenharia. Bom, em relação à publicidade desse evento, o aviso de audiência foi realizado devidamente conforme o quinto da Lei cinquenta oitenta e um de dois mil e treze, e ele também foi feito nas redes sociais, nas redes sociais do Brasil Ambiental, conforme previsto na nossa Instrução Normativa onze de dois mil e vinte e quatro. O objetivo da nossa audiência pessoal na noite de hoje é apresentar e discutir o que é o RIVI Relatório de Impacto de Vizinhança referente a esse processo, que nós já descrevemos aqui, do parcelamento denominado AVANGARDEN, bem como colher sugestões e contribuições para o aprimoramento desse processo de licenciamento que tem como premissa a participação da comunidade, seja ela afetada diretamente ou indiretamente, ou quaisquer outros interessados no tema. Aqui, pessoal, não é um fórum de decisão ainda. A gente não está falando de fato da aprovação do empreendimento nessa audiência. Nós estamos falando simplesmente hoje aqui, de uma etapa de apresentação de quais são os impactos ambientais desse projeto e quais são as medidas de controle ambiental, as medidas mitigadoras que estão sendo propostas pelo empreendedor para combater esses impactos ambientais. A gente sabe que é uma atividade que traz impacto no território. Portanto, é importantíssimo que todos saiam daqui hoje com essas dúvidas minimamente sanadas, para que a gente consiga avançar no processo de licenciamento. E temos aqui. A tal. Sobre as inscrições de fala pessoal, a gente vai fazer uma. Tá dando um eco aqui? To. Pronto! Sobre as inscrições de Fala pessoal, a gente tem, como de praxe aqui fazer uma inscrição e o chamado das pessoas que querem participar da nossa audiência por ordem de inscrição, conforme a gente pediu que fosse feito ali na entrada do salão, tá, no momento oportuno nós chamaremos aqui. E para aqueles que não quiserem, quiserem participar, mas não quiserem fazer uso da palavra oralmente, podem fazer por escrito e encaminhem esse essa anotação para qualquer um dos nossos servidores que estão aqui identificados, que a gente depois vai recolher e fazer a leitura dessas contribuições. Tá bom? O chat, O chat do YouTube. Como eu falei, essa audiência está sendo transmitida, o chat do YouTube. Ele não vai ser considerado um canal para o encaminhamento de dúvidas. A gente fica disponível ali para interação dos participantes, mas ele não é considerado um canal oficial de encaminhamento das dúvidas. Nós pedimos para que quem está nos acompanhando remotamente encaminhe suas dúvidas para o e-mail que está na descrição do vídeo logo abaixo. Ali. Licenciamento, licenciamento, arroba gmail.com e também tem um formulário para encaminhamento direto na nossa caixa. Podem preencher com os seus dados. Para aqueles que forem também fazer a participação remota, nós pedimos que se identifique, que coloque seu nome, sobrenome, se possível e eventualmente se se representa alguma entidade, alguma associação de moradores, enfim, que também faça esse registro que é importante para constar na nossa ata. A nossa manifestação. Aqui, na medida do possível, nós tentaremos sanar todas as dúvidas. Temos aqui nossa equipe do Brasília Ambiental, da área de licenciamento, temos a equipe de consultores e de engenharia da do

Empreendedor e a gente, na medida do possível, vai entrar em todos os temas ambientais que surgirem. Eventualmente surjam assuntos que não são ambientais, mas que podem gerar dúvidas da comunidade. A gente, na medida do possível, vai tentar responder a mim na medida aqui do nosso alcance, mas eventualmente pode ser que não seja o fórum mais adequado para a gente se tornar essa dúvida. Então a gente pede desde já a compreensão de todas e todos aqui, no sentido de que pode ser que alguma dúvida muito específica ou de um tema não tão ambiental fique prejudicada nesse. Nessa noite, tá bom, a gente pede para que as participações e manifestações que cheguem por escrito seja sejam feitas de forma mais clara possível, respeitando primariamente esse tema ambiental e que sejam claras o suficiente, sobretudo para quem estiver no remoto, para que a nossa mesa que consiga responder da forma mais adequada. E muitas vezes a dúvida de um pode ser de outro. Então a gente pede para que, se possível, detalhe a sua dúvida para aqueles que forem fazer o uso da palavra, a gente vai seguir como eu falei, a ordem de inscrição e cada um vai poder fazer o uso da palavra pelo tempo de três minutos. Se, se, se a pessoa que for fazer o uso da palavra, ela representa alguma entidade, alguma associação, esse tempo regimentalmente já é previsto uma extensão de até cinco minutos. Então vai constar ali na tela um cronômetro regressivo. Tá bom com o tempo para que os senhores acompanhem o tempo que tem disponível para fazer o uso da palavra. Creio que hoje não vá ser o caso, mas se a gente não tiver tempo hábil para falar e conseguir garantir a participação de todas e todos que tiverem interesse de fazer uso da palavra no tempo que a gente tem de audiência, que é previsto fim às vinte e dois horas e trinta e um minutos, nós faremos o registro de todas essas dúvidas aqui. Ao final, encaminharemos para o e-mail o que a pessoa disponibilizar. A resposta dessa dúvida para que ninguém aqui saia hoje daqui com alguma dúvida que não tenha sido ou agora respondida. O que possa vir a ser respondida nos próximos dias pela nossa equipe ou a equipe da academia? Tá certo, então. Mas eu acho que não temos tantos presentes hoje para que não fique garantido a inscrição de fala e a participação de todos que quiserem participar. Bom, independente de estarem aqui hoje presentes todos e todas que quiserem fazer participação assistindo a sua audiência no outro momento, amanhã ou daqui a uma semana, além do vídeo ficar disponível no nosso canal, é possível encaminhar a sua dúvida. Sua participação pelo prazo de dez dias a contar da data de hoje, então não tem problema algum. Nós estaremos lá fazendo os registros desses, dessas contribuições e dúvidas e elas também vão compor a ata completa da nossa audiência. Não somente aquelas manifestações que chegarem hoje. A ata completa ela fica sendo. Com todos esses registros, ela fica sendo disponibilizada no trigésimo dia. A partir de hoje, só com a degradação e todos os detalhes da audiência, fica registrado também no processo de licenciamento. Portanto, nós estamos hoje aqui bastante empenhados em fazer todos os registros e todas as anotações e respostas para que nenhum deles fique excluído desse registro oficial da audiência, que vai ser publicado no trigésimo dia a contar da data de hoje. E a gente tem mais informações e mais detalhamentos desse regulamento da nossa audiência, ou seja, do detalhamento da instrução normativa. E estão todos eles disponíveis no nosso site. Para quem tiver alguma dúvida específica, tá lá todo o detalhamento, Tá bom? Bom, e aí o desenvolvimento da audiência. Ele funciona basicamente da seguinte forma a gente tem esse primeiro bloco de apresentação inicial com a leitura do nosso regulamento e apresentação dos dados do empreendimento. No segundo momento, a gente passa a palavra para a equipe de consultoria do empreendedor que vai fazer a apresentação do estudo ambiental, ou seja, vai apresentar o IV aqui para nós. Enfim, apresentar os impactos. Quais são as medidas de controle ambiental que vão ser previstas nesse projeto. Depois dessa apresentação, a gente pode fazer um intervalo de quinze minutos, a depender aqui da dinâmica do é do interesse aqui do grupo. Depois desse intervalo, a gente retorna para a participação de cada uma e cada um que estiver interessado em fazer uso da palavra quiser se manifestar, daremos seguimento dessa forma até o comprida e exaurida Toda a lista aí de de inscrições tá bom de fala? E no final, fazendo o fechamento da nossa audiência. Depois de todas as participações, dúvidas, a gente faz o quarto momento, que é do encerramento da nossa audiência, que está previsto, como eu falei, para as vinte e

dois horas até as vinte e dois horas e trinta e um minutos. Se nós porventura conseguimos cumprir essa agenda antes desse horário, a gente também pode encerrar, sem prejuízo aqui, do atendimento aos ditames da nossa audiência. Tá bom? Bom, e aí pessoal, Eu nesse primeiro bloco de apresentação eu vou encerrando aqui minha fala inicial, mais uma vez agradecendo a presença de todas e todos aqui na noite de hoje e dizer que o Brasileiro mental está a disposição para sanar as dúvidas de vocês. Aqui falo em meu nome em nome da nossa equipe aqui da Superintendência de Licenciamento, também do nosso presidente Gutemberg, que não pôde estar presente por questões de saúde, mas que mandou aqui lembranças a todos. Então nós estamos à disposição para o que precisarem. Contem com o Brasília Mental, façam uso da palavra e tornem esse momento um momento importante aqui, sobretudo para a comunidade que está aqui hoje reunida, para enfim, conhecer os impactos desse empreendimento que certamente afeta a rotina no dia a dia de, sobretudo, de quem está aqui na região do Jardim Botânico. Então, eu desejo uma boa audiência a todas e todos. Uma boa apresentação para o João. Vou passar a palavra para o João para continuidade aqui do trabalho. E no mais é isso pessoal, boa noite e boa audiência para todos nós. Obrigado.

00:15:39 João Batista

Som. Boa noite! Primeiro gostaria de agradecer Nathália Almeida pela por todo o profissionalismo, pela condução na Superintendência da SULAN e toda a equipe do IBRAM está aqui presente. Eu sei que é um desafio muito grande, está trabalhando durante a semana e ainda participar de audiência pública a noite. Então por isso eu parableno. Agradeço ao presidente Gutemberg por nos receber algumas vezes para esclarecer, tirar as dúvidas e também estendendo essa nossa fala para governador do Distrito Federal, Celina Leão Bom, esse estudo nós estamos desenvolvendo a aproximadamente dois anos e meio. Foi um trabalho que teve uma participação ampla de vários profissionais e eu gostaria nesse momento que toda a equipe técnica da Cadmo e os profissionais envolvidos estivesse de pé nesse momento. Apenas para demonstrar para todos vocês que estão participando, que é um trabalho que não é feito apenas por mim, não é feito apenas por uma pessoa, mas por toda uma equipe multidisciplinar. E eu estendo a todos vocês. A gente tem a presença aqui do Thales, responsável pela parte de engenharia, o Aécio da empresa TT e o Aécio, pela parte de urbanismo da empresa Arbia e toda a equipe da Cadmo. Nós temos aqui biólogos, dinheiros florestais, dinheiros ambientais, geólogos e sem vocês esse estudo não teria chegado até aqui. Muito obrigado por todos vocês. Vamos lá. Eu vou ficar de pé para ficar me ficar um pouco mais à vontade. Eu não estou na frente aqui da apresentação. Eu acho que não, né? Então vamos lá. O empreendedor é a AVANGARDEN. Urbanismo é uma empresa nacional que tem empreendimentos espalhados em todo o país. Ele assumiu esse projeto, como eu falei há mais ou menos dois anos e a CADMO Engenharia, na qual eu sou sócio-diretor, somos responsáveis pela parte dos estudos ambientais. Obviamente, outras empresas também participaram pela complexidade do estudo e estão aqui presentes também a TT e a Arbia.

Como eu falei, é uma equipe multidisciplinar. Então você tem aqui a parte de engenharia, a parte de meio físico, geologia, especialista na área de fauna, flora. Então todos os estudos desenvolvidos pelos profissionais foram reunidos dentro desse estudo e a parte de urbanismo, que é a parte central, onde se define os traçados, se define a questão dos usos e as soluções de estrutura, que envolve a drenagem pluvial, a pavimentação, abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica. Então, até chegar a esse ponto, várias concessionárias foram consultadas, vários outros órgãos, a DASA, a IFAN, foram consultados a fim de a gente poder consistir as informações no estudo e apresentar ao órgão ambiental. E essa fase que nós estamos nesse momento é a fase da licença prévia. Na sequência teremos a licença de instalação e, por fim, a licença de operação. Para quem não conhece, a licença prévia consiste na fase preliminar, onde todos os estudos de concepções de infraestrutura são

desenvolvidos e, nesse processo, temos a participação dos técnicos, temos a participação do IBRAM e também da comunidade, na qual, nesse exato momento, nós teremos a contribuição, as dúvidas, os esclarecimentos da comunidade para que a gente possa avançar com o processo de licenciamento. Após essa fase da LP, depois que emite a LP, nós avançamos com os projetos de infraestrutura e os programas ambientais que deverão ser implementados durante a fase de instalação. E depois da instalação do empreendimento, atendendo todos os regramentos, as condicionantes, os programas, os projetos de infraestrutura, nós seguimos para a licença de operação. Pelo nome já fala, é a operação do empreendimento. E não acaba por aí a questão do cumprimento das exigências, porque nessa licença vem uma série de cumprimentos que o empreendedor, o empreendimento terá que atender. O empreendimento está localizado na região administrativa do Jardim Botânico, então, a localização aqui da audiência é exatamente para favorecer a participação da comunidade local. E ela compõe o total de 23 hectares, 0,92. O empreendimento, ele consiste na implementação de lotes unicamente residenciais, equipamentos públicos e um lote para a criação de uma reserva do patrimônio natural, que é uma RPPN. essas áreas todas elas incluem na constituição de todo o empreendimento. Ele é formado, o empreendimento, ele agrega duas glebas, tá? Elas não são contínuas, mas elas estão dentro do mesmo contexto urbanístico. A área diretamente afetada do empreendimento, ela está situada dentro da APA do São Bartolomeu. A área, toda esse zoneamento estabelece características diferentes para cada zona e estamos situados dentro da ZOEa. Tá aqui uma zona especial de interesse ambiental, na qual existem algumas exigências que devemos atender e cumprir. Ela não inviabiliza a implantação de empreendimentos e ela compatibiliza totalmente com o plano diretor de ordenamento territorial. Uma das questões que o empreendedor ele terá que atender, que isso foi amplamente trabalhado nos projetos, é o atendimento para a criação da RPPN, que é a Reserva Particular do Patrimônio Natural. Resumidamente, o que que significa? Que 40% da área total do empreendimento vai ser destinado para a criação desse parque particular. Ou seja, é uma área que vai ser, que não vai poder ter nenhuma edificação, nenhuma atividade comercial. Ela é exclusivamente para proteção natural, que corresponde a 40% do total do empreendimento. A localização da RPPN, então destinamos aqui a área 2 e trechos aqui da primeira área, que favorece também, são áreas permeáveis, áreas que favorecem a permeabilidade de água e a conexões com o cerrado. Quanto ao plano diretor de ordenamento territorial, o empreendimento ele iniciou os estudos, os projetos na época do plano diretor e a gente tem essa prerrogativa de optar em manter o plano diretor de 2009. Atualmente foi aprovado o de 2026 e a área está dentro de uma zona urbana de uso controlado, que permite atividades, implementação de empreendimentos, parcelamento do solo, desde que atenda com todos os regramentos e exigências estabelecidas pelos órgãos, não apenas o órgão ambiental, mas as concessionárias, o IPHAN. Dentro do raio de 2 quilômetros, o empreendimento, ele está inserido dentro da APA do São Bartolomeu. A coloração aqui não está permitindo visualizar muito bem, tá? Então ele está inserido dentro, até o divisor aqui, toda essa região aqui é a APA do São Bartolomeu e nós temos aqui a Reserva Biológica do Serradão e o Parque Distrital Bernardo Sayão. E essa cor verde, área é uma área privada, a Terracap ela deve ser consultada e ela manifestou que essa área não pertence ao patrimônio da Terracap. Quanto ao zoneamento ecológico econômico, a área ela está situada dentro da zona de dinamização produtiva com equidade 7. O que que isso significa? Que as diretrizes definidas dessa zona permitem o desenvolvimento urbano desde que, desde que ocorra de forma planejada, é o que nós estamos fazendo aqui. O empreendimento é um empreendimento que ele está sendo o quê? Ele está sendo estudado as soluções de infraestrutura para que atenda todas as exigências, as exigências normativas estabelecidas pelas concessionárias pelo IBRAM e pelos outros órgãos que foram consultados. Então a gente atende esse princípio aqui do zoneamento ecológico. Aí quanto aos riscos também estabelecidos do zoneamento ecológico, nós temos aqui, são mapas que são estabelecidos dentro do zoneamento, que define riscos ecológicos. Então assim, o que que nós temos aqui? Que existe uma perda de recarga de aquífero, porque o empreendimento vai ser implementado. Então isso aí é inevitável, ele vai criar áreas que são impermeáveis. Aí nós temos também

a perda de solo por erosão, que é um risco baixo, aqui no caso da perda de aquífero é um risco muito alto. A perda de solo por erosão, que é um risco baixo, por quê? Porque as características do solo, ela tem uma estrutura que é diferente, por exemplo, do latossolo, que é um outro tipo de solo. É um solo que ele tem uma capacidade mais frágil, então ocorre erosão. No nosso caso, o nosso risco aqui é baixo. Aí nós temos agora o risco de contaminação, que também é muito baixo, devido às características do solo que a gente vai falar um pouco mais à frente. E a perda de cerrado, aqui no caso, temos aqui uma parte que é ausência e outra parte que é média, risco médio. Por quê? Porque a área ela tem uma vegetação e com a implementação do empreendimento, 60% vai ter que ser desmatado. Os outros 40%, que constituem a RPPN, será preservado. E quando nós compatibilizamos todas, quando é compatibilizado dentro do zoneamento ecológico, todos esses riscos, ele conclui que o risco ambiental do empreendimento é um risco alto ou muito alto. E isso representa em torno de 63% do território brasileiro. Que informação a gente utiliza com isso? Para implementar o empreendimento, nós teremos que implementar uma série de medidas técnicas do ponto de vista de engenharia e de programas ambientais para minimizar e atenuar todos esses riscos. Então, por isso que o estudo é desenvolvido ao ponto que nós vamos ter que entender quais ações o empreendedor deverá executar para minimizar todos esses riscos. Com relação à área de preservação permanente, a gleba 1 não tem nenhuma interferência com o APP e a gleba 2, que vai ser destinada à criação da RPPN, ela tem uma interferência que é exatamente na área que vai ser preservada. Então, agora vamos aqui à parte dos diagnósticos. Então, como eu falei, o estudo foi envolvido com vários profissionais, então eu tenho três meios, que é o meio físico, que é o meio biótico, que é a temática fauna, depois a temática flora e a parte socioeconômica. Então, no meio físico, a área diretamente afetada é a própria poligonal do empreendimento. Perdão, a ADA, que é a área diretamente afetada, é a poligonal. E a área de influência direta é um raio que se estabelece em uma faixa de 250 metros. E a área de influência indireta é a microbacia do ribeirão da boca. Então, dentro desses estudos, nós fizemos estudo de geologia, hidrogeologia, pedologia, teve sondagem, coleta de água, teve vários detalhamentos. Na geologia, ele está dentro do grupo Canastra e uma outra parte do grupo Paranoá. E na hidrogeologia, por conta da questão geológica, ela está dentro do sistema P1, P2 e P4. O que isso significa? Que são rochas que têm uma menor capacidade de infiltração. Por isso que lá no zoneamento ecológico econômico, o risco de contaminação é baixo e o risco de permeabilidade é baixo. Exatamente por isso. Porque a característica geológica, conforme já dentro do estudo de zoneamento econômico, ele já define essa prévia desses estudos. Quanto à questão pedológica, está tudo associado, né? O empreendimento tem uma predominância em campo solo. O que significa o campo solo? É um solo que ele tem uma rocha saturada, uma rocha desgastada. Então, pouca presença de solo, tá? Então, é praticamente uma rocha desgastada. De forma mais leiga, mais coloquial é falando, tá? E na geomorfologia, ele tem um plano elevado e uma rampa íngreme. Então, no mapa de declividade, vocês vão entender o que eu estou dizendo. Então, o que acontece? Eu tenho um platô nessa zona verde e uma declividade em volta da área onde vai ser desenvolvido o empreendimento. Na área 2, você tem uma declividade maior, mas é uma área que ela vai ser protegida, exatamente com essa finalidade. Então, quando a gente cruza todas as informações pedológicas, declividade, uso e ocupação do solo, a gente cria um mapa chamado Mapa de Suscetibilidade de Erosão. Dentro desse mapa, ele define pequenas classes, tá? Pequenas classes na qual nós analisamos para propor medidas para diminuir a ocorrência de processos erosivos, tá? Vamos agora ao meio biótico. Nesse estudo, foi feita uma análise multitemporal, uma análise de várias imagens em vários anos, na qual a gente identifica a evolução da área ao longo do tempo. Então, observa-se que nessa época aqui, que eu não estou enxergando aqui o ano, é o ano de 2008, 2015, 2020 e 2025. Nós observamos que tem aqui o início de um outro empreendimento, né? Dentro de semana viário, e aqui a implementação do muro que foi desenvolvido dentro do empreendimento, na qual foi autorizada a supressão. A flora é o cerrado, é um cerrado denso, que tem uma certa densidade de vegetação. A área de influência direta, a ADA diretamente afetada e a área de influência indireta corresponde exatamente ao

limite da poligonal que vai ser afetada e a área de influência à microbacia do Ribeirão. Tá bom, deixa eu avançar aqui nas questões da flora. Então, é analisadas fitofisionomias dentro do cerrado. Como eu falei, ela tem uma certa densidade de vegetação, tem uma parte que é um cerrado sentido restrito, cerrado dão, mata de galeria e mata seca. Então, nós fazemos um mapa de classificação fitofisionômica e a gente definiu todos esses estudos a partir de parcelas amostrais que estudamos para saber que tipo, quais são as vegetações, quais são as espécies arbóreas que estão ali presentes. A partir desses dados, a gente, nas etapas posteriores, é calculada a conversação florestal do empreendimento. Então, dentre esses resultados, né, você tem espécies de maiores importâncias, né, o nome sentido. Dentre essas espécies compõe 23% do valor de importância, que é o IV, que é um indicador, sendo consideradas as mais dominantes. Então, ou seja, você tem mais presença dessas aves. E não foi identificada nenhuma espécie constante na lista de ameaçadas de extinção. Então, de todos os estudos, foram identificados 80 espécies de aves, sendo 76 gêneros e 43 famílias. Agora vamos ao aspecto da fauna. Todos os estudos de fauna foram levantados em duas campanhas, uma campanha na estação seca e uma campanha na estação chuvosa. Então, dentro desses resultados, foram identificados aqui 199 espécies da fauna silvestre durante esse diagnóstico, sendo 7 endêmicas, 1 ameaçada de extinção e 36 espécies sinéticas ou utilizadas para criação doméstica. Então, nós temos aqui a avifauna foram 115 espécies. Então, você tem uma equipe multidisciplinar na área de fauna. Então, você tem especialista em aves, especialista na parte de ictiofauna, que é peixe, na parte dos córregos, especialista na parte de herpetofauna, que é anfíbios e répteis e na mastofauna, que são pequenos mamíferos e grandes. Então, na avifauna foram 115 espécies, na herpetofauna foram 12, na mastofauna 13, invertebrados 74, vertebrados aquáticos 28, ictiofauna 7 espécies. E a única espécie que foi identificada ameaçada é o tamanduá-bandeira, que ele é encontrado praticamente em todas as regiões aqui do DF. Localizando 200 espécies, tá? Perfeito. Aí no diagnóstico socioeconômico, o que que acontece? Nós analisamos a questão da presença do homem dentro da região administrativa. Então a ADA corresponde exatamente o limite da área que está o empreendimento. A área de influência direta corresponde os setores administrativos ali, setores operacionais ali próximos, tá? Aí nós temos aqui, muito bem, temos aqui o setor operacional do Jardim Botânico Etapa 4, São Bartolomeu Trecho 1. São Bartolomeu e quintas da Alvorada e o Jardim Botânico. E a área de influência indireta corresponde à região administrativa de todo o Jardim Botânico. Então, dentro dos estudos, nós partimos da unidade de planejamento territorial para entender aonde o empreendimento está situado e ele apresentou ao longo dos anos e apresenta, né, a região do Jardim Botânico, a maior taxa de crescimento dos anos de 2020 a 2025, tá? E tem um acréscimo populacional nos próximos anos, né, principalmente pelo desenvolvimento que tem acontecido aqui na região, por conta dos condomínios, né? Então, ou seja, praticamente 85% da população ela está concentrada aqui dentro desse... dentro dessa, do Jardim Botânico. Aí, quanto à distribuição da população, nós, dentro dos estudos, das estimativas da do PEDAD, então nós temos aqui na na região administrativa 75 mil em números redondos, tá? Ou seja, dentro desses 75 mil, 52% é do sexo feminino e 47% do sexo masculino. E a população do Jardim Botânico é relativamente considerada jovem. Então, do ponto de vista agora de equipamentos públicos, nós analisamos a questão da saúde, educação, segurança, para identificar a localidade dessas infraestruturas. Na saúde, foram identificar... Dos equipamentos, tá, dentro do raio de 3, 3, 5 e 10 quilômetros, tá? Na educação, a ARI disponibiliza de uma escola classe jardim num raio de 5 quilômetros, tá? E no raio superior temos aqui 43 escolas públicas, né?

Três escolas públicas, né? Então a gente localiza aqui a escola Jardim Botânico e depois a todas as outras, as outras, os equipamentos. Segurança, foram encontradas duas unidades, sendo que é o posto comunitário de segurança, que ele encontra-se desativado, que é o 13º posto, tá? E o Complexo da Papuda. E todos foram, e acima do raio de 3, foram encontrados 21 equipamentos públicos, tá? Em volta aqui desse raio. Esporte, foram encontrados dois equipamentos públicos, tá? Dentro desse raio imediato, né, de 3 quilômetros. E 172

equipamentos de esporte e lazer no raio superior a 3 quilômetros. No diagnóstico socioeconômico, também estudamos também a questão de acesso a transporte. Então, nós temos aqui 7 linhas de ônibus de APM e foram identificadas 12 paradas de ônibus às margens da DF001, que é essa via principal, tá? E atualmente tem uma viaducta de infligida e está sendo implantado, seguindo os traçados definidos pela DUP, então tem outros empreendimentos que estão definindo algumas melhorias ali na região. Para desenvolver os estudos, como eu comentei, vários órgãos são consultados. A partir dessas manifestações, é definido as ações que o empreendimento tem que atender. Então, partimos aqui desde a Terracap, Nova Cap, SLU, DR, QES, Vindão Energia, SEB e todas essas respostas, essas manifestações, nós identificamos as ações que a gente tem que desenvolver. No caso, por exemplo, a Nova Cap, ela falou que não existe nenhuma rede de água pluvial próximo ao empreendimento, nem interferência. Por isso que o empreendimento vai ter que desenvolver. SLU manifestou que ela pode atender e não tem nenhum, ela não tem que fazer nenhum reforço para poder fazer esse atendimento. Aí eu vou fazer o seguinte, eu vou ler ela pra vocês, tá? Vamos lá. Nova Cap. Então, a Nova Cap, através do ofício que foi apresentado, informa que os dados constantes no artigo técnico Nova Cap, a planta da situação que foi apresentada essa consulta, não tem nenhuma interferência com a rede pública de águas pluviais, ou seja, não tem nenhuma rede. No SLU, ele afirma que não haverá impacto significativo quanto à capacidade de realização de atendimento. Ou seja, com o empreendimento em operação, o atendimento da SLU não ficará comprometido. Muito obrigado. Agora diminui pra poder dar... QES. A QES, mais embaixo. a UDR manifesta que não tem, a poligonal não interfere com nenhuma faixa de domínio. A KESB, ela disse que não tem nenhuma rede implantada de abastecimento, mas ela emitiu um TVT com algumas informações que a gente vai discutir no capítulo de estrutura. Na rede elétrica, que a Neenergia, ela manifesta que não há interferência de rede e mais na frente a gente vai discutir qual vai ser a solução de infraestrutura, tá? Obrigado. Urbanismo. No urbanismo, nós dividimos para poder explicar o projeto em três zonas, tá? A Zona 1, que é a zona habitacional, essa faixa aqui, laranja, a verde, perdão, azul, que são os equipamentos públicos, que está localizado nesses pontos que eu vou destacar, e a verde, que é a RPPM. Então o empreendimento, ele tem o objetivo de promover a comercialização de unidades residenciais, que é compatível totalmente com o plano diretor e o que é permitido dentro da legislação do Distrito Federal. Quanto à densidade, o empreendimento, ele está situado em uma zona de baixa densidade, que é de 50 habitantes por hectare, atendendo um índice que é considerado de 2,5 por habitantes por residência. Então o total de unidades prevista para esse empreendimento é 478 unidades habitacionais, em forma de loteamento, em forma de condomínio, horizontal e vertical. O total do empreendimento são 478 unidades. Esse índice aqui é um parâmetro definido pelo Distrito Federal. Então em cada residência, nós temos aqui 2,5 pessoas. Então dentro do estudo do ETU, que é um estudo desenvolvido pela CDU, o empreendimento está inserido na zona A, e que de acordo com esse zoneamento, ele permite a oferta habitacional sem nenhum problema. A zona D corresponde à zona aqui da APP, na qual a área 2, ela vai ser destinada totalmente para preservação. Então a zona A são os usos, que é o uso residencial, permitindo pavimentos, permitindo edificações no térreo, sobrelógia, uso residencial e multifamiliar. E na zona D, que é a zona onde consta aqui nessa parte aqui, que é a APP. Com relação aos usos, então a zona 1 é destinada ao uso residencial, eu fui, claro, né? Que é essa parte. Então uma parte aqui vai ser destinada para um condomínio horizontal e um outro pedaço para a incorporação, para fazer alguma, para fazer a parte de incorporação vertical. Essas, a zona 2 são equipamentos públicos, para poder atender exatamente ao que consta dentro da legislação de parcelamento de solo, da lei de parcelamento de solo. Aqui é um equipamento público, que é esse ponto, e aqui e aqui, sim? Não, não dentro da APP. A APP é somente nessa parte aqui, ó, bem aqui na lateral aqui, tá? E toda essa área que está em verde será destinada para a criação da RPPN. Não, não está dentro, ele está fora da RPPN. A gente está em volta do equipamento público. Então, do ponto de vista agora do sistema viário, a URB-109-2019 já tem um traçado que já foi implementado. Então o empreendimento ele vai fazer um incremento

nesse traçado planejado até o empreendimento, até na gleba 2 e o acesso aqui para a gleba 1. Isso é classificado como via de circulação de vizinhança e a via circulação de vizinhança 2, né? Permitindo uma estruturação para as duas poligonais. Então assim, só um resumo em relação aos quadros de áreas públicas. Então nós temos uma exigência que dentro do processo de parcelamento de solo, nós temos que atingir no mínimo 15% de áreas públicas e nós atendemos aqui 15,22% no total das duas áreas. Na área 2, 5,61%, que é 7.200 m² e na área, na outra área, 14.625. E a outra parte, que é a parte verde, corresponde à criação da RPPN, que é um total de 9,5 hectares. Então de todo o empreendimento de 23 hectares, vai se criar 9,5 hectares de RPPN e essa é uma área que, essa é uma área que permite a permeabilidade, a proteção da vegetação e a proteção do solo. Aqui tem o quadro síntese de permeabilidade, que está atendendo todos os parâmetros, ou seja, que 52% do empreendimento, além da parte da RPPN que é permeável, nós temos ainda mais um incremento que atende, que é dentro do próprio empreendimento e vai chegar nos 52%. Agora vamos aqui à questão da infraestrutura, que aqui vai ficar mais fácil para a gente poder explicar. Com relação ao abastecimento, a Caesb manifestou no TVL 25/2026, esse TVL tem validade, ela manifestou que não existe interferência e que ainda não há sistema de abastecimento para ser atendido pela Caesb, pois existem alguns estudos que estão sendo desenvolvidos para atendimento na região. Então a solução sugerida pela Caesb é uma solução independente por meio de postos tubulares e o empreendedor, ele vai deixar todo o sistema interno pronto para uma futura conexão com a Caesb, quando a Caesb fizer o atendimento de água na região. No esgotamento sanitário, da mesma forma, não consta interferência, não consta interferência e também não há sistema de esgotamento sanitário previsto. Agora, a AESB, ela sugeriu que existe estudo previsto para o atendimento de esgotamento sanitário na região, mas a solução que ela nos direcionou é para implementar sistema individual de fossa séptica e sumidoro. Então, o empreendedor vai desenvolver essa solução independente, mas deixar toda a infraestrutura para quando a AESB for atender, é só fazer a conexão. Aí os sistemas individuais, eles deixam de existir. Do ponto de vista de drenagem, a nova CAPE manifestou que não existe interferência e a solução é uma solução de drenagem superficial, que é fazer a captação através de boca de lobo e destinar para uma bacia de infiltração para que o excedente dessa água seja lançada no córrego, de acordo com as diretrizes e a resolução da DASA. Em relação à bacia de retenção, já foi calculado o volume. Esses estudos, eles estão ainda em fase de concepção, de projeto básico. A medida que avançamos com essas fases do licenciamento, nós desenvolvemos empreendimentos executivos na qual a concessionária faz alguns ajustes e solicita mais outros detalhamentos. A energia elétrica, a Neoenergia disse que não tem rede existente dentro da poligonal, mas dentro do empreendimento será projetado e implantado a rede do empreendimento compatibilizando todos os desvios e redes existentes que existem em volta e irá atender a fornecimento de energia, pois há viabilidade desse fornecimento. A SLU, como eu falei, então não há impacto significativo. A SLU tem condições de atender a coleta de resíduos domésticos. E agora vamos à fase de análise dos impactos e medidas mitigatórias. A partir desse momento, com base em cima de todo o estudo que foi desenvolvido, todas as informações, as respostas, definições das concessionárias, nós estudamos e identificamos a natureza desses impactos. Para isso, a gente utiliza uma metodologia que nós identificamos se é um impacto positivo, se é um impacto negativo, a conta sua incidência, se ela é direta, ela é indireta, se ela é mitigável, se ela é compensável ou se ela é irreversível. Então dentro dessa análise, nós estudamos impacto por impacto e a partir daí, nós definimos quais ações e medidas que serão necessárias para poder desenvolver, para poder mitigar, compensar e minimizar aqueles efeitos. Então, assim, numa síntese geral, esses impactos, eles são avaliados em todos os meios, meio físico, biótico e socioeconômico. Então, para todos os impactos, são definidas medidas ambientais para serem desenvolvidas em forma de programas, compensações ambientais e florestais e acompanhamentos técnicos ao longo da implantação do empreendimento e durante também a fase de operação. Então, assim, resumidamente, tá? Aqui são os impactos do meio físico na fase de obra. Então, na obra, o que que nós temos? Movimentação de terra. Então, com a movimentação de terra, nós

temos que ter ações para minimizar o carreamento, processos erosivos, o carreamento de sedimentos para os córregos. Então, existem técnicas para isso. Quais são essas técnicas? Sugerimos utilizar geotêxteis, sistema de proteção para estabilização dos cortes dos aterros, principalmente na época da chuva. Riscos de processos erosivos, né? Implantação da bacia de retenção de águas pluviais exatamente para poder amortecer, receber todo esse volume de água e dissipar isso com uma velocidade amortizada para dentro do córrego. Alteração da dinâmica de escoamento e potencial carreamento de sedimentos, como eu comentei, né? Então, aplicação de rigorosas técnicas de engenharia preventiva na fase da obra. Então, durante a fase de escavação, então, obviamente, o solo, ele vai ficar desprotegido. Então, nós temos que agir com técnicas para que esse carreamento não aconteça, a gente retenha o máximo de volume desse sedimento dentro do empreendimento. Com pequenas macias, com várias medidas técnicas que são desenvolvidas e deverão ser monitoradas ao longo da implantação. Na fase do meio biótico, nós teremos supressão vegetal para implantação da estrutura, para implantação das áreas destinadas às residências. Então, qual é uma medida que será destinada para isso? Então, uma das medidas de forma de compensação é também a criação da RPME, que será uma área destinada exclusivamente, que ela não pode mudar futuramente a sua destinação. Ela vai ser exclusiva para aquela finalidade. Risco de fragmentação de habitat, isolamento de áreas com vegetação, ou seja, quando a gente retira a vegetação, a gente muda ali o ambiente. Então, aquela vegetação ali, aquela fauna ali presente, a gente tem que promover para eles outras passagens. Então, por isso, vai criar passagens de fauna para que eles tenham conexões com as outras áreas. Risco de atropelamento, isso acontece durante a fase de supressão vegetal. Então, o que que nós fazemos? Uma série de medidas e técnicas para fazer o processo de afugentamento de fauna durante a fase de instalação. E durante a fase na implantação do empreendimento, nós vamos estar propondo a compatibilização de um projeto paisagístico de forma que você consiga compatibilizar a questão de aves, né? Para poder manter a fauna local. Na parte socioeconômica, então o que vai acontecer? Teremos um aumento populacional dentro da região, um aumento de fluxo de veículos local. Então, para isso, durante a fase de implantação, tem que se desenvolver um plano de comunicação para poder fazer as orientações para a comunidade na fase de obra ou desvios. Teremos um aumento de demanda por água, esgoto e energia, então para isso, para mitigar esses efeitos, deve ser feito o reforço nos sistemas de infraestrutura. Ocorre também um aumento de tráfego local, então, com a implantação do sistema viário de acesso ao empreendimento, ele tem que ter uma estrutura.

adequado para aquela população acessar o empreendimento e o encontro durante as obras. Então, o que tem que se planejar ações e medidas e trabalhar nos horários permitidos. Então, dentro de todos esses estudos, desses impactos, aqui eu trouxe aqui a informação sintética. Nós temos várias ações, vários programas que deverão ser desenvolvidos pelo empreendedor. Então, eu tenho um programa principal, que é um programa que ele gerencia e ele interrelaciona todos os os... Me ajuda, por gentileza. Você dá um zoom aqui, por gentileza. Então, o que acontece? Dentro desse programa de gestão ambiental, que é o PIGAL, ele integra todos os outros programas dentro de um processo de gestão, até para poder informar o órgão ambiental de todas as ações. Então, dentro do programa de meio físico, nós temos o programa de processos erosivos, o programa de gestão de impactos da dinâmica hídrica de água subterrânea, no meio biótico, o programa de afugentamento de fauna, o programa de acompanhamento e recuperação e recomposição paisagística, e o programa de acompanhamento da supressão vegetal. No meio socioeconômico, o programa de gerenciamento de resíduos, programa de educação ambiental, que vai ser feito com a comunidade, com os trabalhadores, programa de comunicação social para que se possa anunciar e comunicar todas as ações ambientais e de infraestrutura que está sendo desenvolvida pelo empreendedor, e o programa de saúde e segurança do trabalho. Aí, na fase de obra, que é uma fase que ela é temporária, então, ela não vai acontecer para sempre, ela tem um determinado início, tem meio e tem fim. Então, teremos o programa de gerenciamento de resíduos da construção civil de forma que todos os resíduos gerados

ao longo da obra sejam destinados de forma correta, o programa de gerenciamento dos impactos na instalação e operação, o programa de gestão de resíduos sólidos urbanos e também de resíduos domésticos gerados ao longo da obra, o programa de prevenção e resposta a emergências de efluentes. Então, às vezes, uma máquina acontece algum acidente, ela para, qual que é o tipo de respostas que teremos que ter para poder resolver e mitigar essas ações? Programa de vigilância sanitária, direcionado pela diretoria de vigilância sanitária do Distrito Federal, na Secretaria de Saúde, que ela define algumas ações que deverão ser desenvolvidas e programa de acompanhamento de ruídos e emoções atmosféricas, que nós teremos uma série de medidas para evitar o incômodo das comunidades locais. Então assim, a interação de todos esses programas, né? Então, ela visa exatamente atender todas as diretrizes, as condicionantes, as exigências das concessionárias de forma que o empreendimento seja desenvolvido de forma, não apenas legal, mas sustentável, atendendo todos os parâmetros previstos na legislação do Distrito Federal e do Brasil. Ou seja, o empreendimento, ele existe porque existe uma previsão legal, existe um plano urbanístico, uma proposta dentro do plano diretor que permite aquela atividade e para a gente desenvolver aquela atividade, nós temos que atender uma série de exigências técnicas de engenharia, órgão ambiental e diversos outros órgãos do Distrito Federal. Então, vigilância sanitária, que ela vem com medidas, a parte de fauna, parte de qualidade do ar e de ruídos, gestão de saúde, de resíduos, exatamente para poder evitar a proliferação de vetores e o controle da supressão vegetal. Então, assim, do ponto de vista da relação viabilidade do empreendimento, o que a gente costuma falar no encerramento? Que o empreendimento, ele é uma viabilidade que ele tem que ser de forma integrada. Ela tem que ser integrada com programas ambientais, tem que ser integrada junto com as soluções de infraestrutura, de forma que o empreendedor e aquela população com interesse nesse empreendimento possa usufruir daquele empreendimento, daquela área, né? Então, o empreendimento, ele só se torna viável com o comprometimento do empreendedor em assumir todas essas medidas de proteção ambiental, implantação de infraestrutura e controle desses impactos. E isso o IBRAM ele acompanha de forma sistemática, não apenas dentro do processo, mas com a fiscalização ao longo da implantação do empreendimento. Não tem um empreendimento que a gente participa que a gente não vê a participação do IBRAM no sentido para verificar se todas as medidas estão efetivamente, estão sendo executadas. E além disso, o empreendedor ele tem que informar isso para o IBRAM. Ele tem que apresentar tudo o que está sendo desenvolvido, a compatibilização de todos os projetos de infraestrutura, o atendimento de todos esses requisitos. Então, nesse sentido, destacamos aqui a proteção da APP, o empreendimento não tem a interferência, criação da RPPN, ou seja, 40% da área ela vai estar preservada, isso é um ponto favorável, a execução de todos esses programas, a implantação de todo o sistema de infraestrutura, as ações de controle dos programas de forma que a gente enxergue que todas as ações, todos os esforços estão sendo concentrados para poder atender a legislação e até muito mais. Então, para isso, nós estamos executando, vai executar todos os controles ambientais, a implantação de estrutura, como eu comentei, a proteção da APP, criação da RPPN, os programas de resgate e monitoramento de fauna e uma comunicação contínua com a comunidade na fase de implantação do empreendimento e atendendo, obviamente, as exigências do IBRAM e das concessionárias. E, por fim, a conservação dos recursos naturais, proteção da APP, isso está repetido, da RPPN, manutenção do cerrado, sendo que 40% do empreendimento será, da poligonal da área do empreendimento será preservado, a cidade está compatível, o empreendimento está compatível com o plano diretor, com as diretrizes da SEDUH, diretrizes urbanísticas e dos projetos de infraestrutura e a população terá um empreendimento devidamente planejado, devidamente organizado, atendendo todos esses parâmetros. Eu agradeço, agora vamos para a segunda fase.

Obrigada, João, pela apresentação. Parabéns. Eu acho que foi uma apresentação que, no geral, percorreu todos os temas em relação ao conteúdo do RIV e foi possível, inclusive, depois do ajuste, da apresentação de conseguir visualizar eventualmente algum ponto que não tenha sido claro. Nós podemos voltar à apresentação sem maior dificuldade. E, nesse momento, pessoal, encerrada essa apresentação, eu gostaria de colocar aqui para a plateia a pergunta se nós podemos, nesse momento, optar por fazermos o intervalo de 15 minutos e retornarmos, ou se podemos seguir direto. Eu queria saber o que a comunidade prefere, sobretudo a comunidade aqui presente. Seguir? Tá bom. Vou só tomar uma água aqui rapidinho. Certo. Então, pessoal, são agora 19h, 20h41min. Vamos iniciar o terceiro bloco da nossa audiência. Então, 20h41min, vamos dando início ao terceiro bloco da nossa audiência. É o bloco onde nós fazemos o convite aqui para os inscritos a se manifestarem de fazerem uso da palavra. Lembrando que, para aqueles que fizeram uso da palavra, representam uma entidade, têm tempo de fala de cinco minutos. Para os demais, é de três minutos. Então, seguindo a ordem de inscrição, nós temos um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete inscritos. Pela ordem que temos a Ésio... Ésio Guimarães. Antes de falar. Então, temos aqui, tínhamos um erro aqui no preenchimento. O pessoal achou que era lista de presença. Vou passar então para a primeira pessoa inscrita, Larissa Schmidt. Ela representa o COMDEMA do Jardim Botânico. Primeiramente, obrigada, Larissa, pela presença e pela contribuição. Eu vou pedir para que seja colocado o tempo de cinco minutos no telão. Pode começar.

01;11;01;21 Larissa Schmidt

Boa noite a todos. Antes de começar a minha fala, eu queria só pedir uma informação para vocês para saber quantas pessoas estão online nessa reunião. Existem pessoas online nessa reunião? Quantas? 26. OK. Tá, eu só vou respeitar os meus cinco minutos. Boa noite. Meu nome é Larissa Schmidt, sou presidente da COMDEMA, para quem não sabe, Comissão de Defesa do Meio Ambiente, que funciona aqui no Jardim Botânico há dois anos e meio e que é uma comissão responsável por implementar e apoiar a criação de condenas em todas as unidades, todas as RAs aqui do Distrito Federal. Essa audiência pública pegou a gente de surpresa, então eu quero falar de formalidade, eu quero falar de pessoas, em segundo lugar, eu quero falar de compensação e fragmentação, e eu tenho pedido, tá? Cada um deles por um minuto. Primeiro lugar, formalidade. Todas as formalidades me disseram que foram atendidas, publicações de diário oficial, a gente lê o diário oficial todo dia, todo mundo aqui, né? Todo dia a gente pega o diário oficial, verifica, então a gente faz o acesso. E aqui, pelo que eu estou vendo, não tem população. Quantas pessoas são da empresa Vibrant aqui, por favor, que estão aqui? Por gentileza, gente, quantas pessoas são vibrantes da empresa técnica? Por gentileza, gente, essa é isso. Dá pra se desidentificar ou não dá? Não dá? Ok. Pela lista que eu vi lá, nós temos aqui meia dúzia de pessoas da população do Jardim Botânico. Quem é do contrário? Quem é população do Jardim Botânico? Então, isso aqui é o retrato da ineficácia da comunicação dessa reunião, tá? Nós comunicamos isso ao Ministério Público ontem, no sentido de pedir, tá? Não pedindo a suspensão dessa audiência, e no sentido já de pedir que vai ser encaminhado no final. Por quê? Pode fazer carro de som, carro de som, não sei o que lá. Não, qual é o resultado? Qual é uma audiência pública que seja eficiente? A última reunião da Loça, três semanas atrás, foram entre 570, quase 600 pessoas aqui, aqui do lado. Por quê? Porque com antecedência, todo mundo foi comunicado, foi amplamente divulgado, todo mundo se comunica aqui, tem entidade social que representa 70 condomínios, então existem pessoas falando, né? Em segundo lugar, pessoas que moram aqui no Jardim Botânico. Eu convido quem não é daqui pra ir lá pro Tororó, pode ser amanhã de manhã comigo, às 6h28 da manhã, às 6h30 já não dá mais. Pra gente ver quanto tempo a gente leva de trânsito de lá até a Asa Sul, 50, 60 minutos. Aí você ouve aqui

dizendo, não, a gente vai fazer uma comunicação e explicar às pessoas o que é helicóptero. Tá, então a gente levou pro terceiro ponto, fragmentação. Tá tudo fragmentado, a gente tá solicitando também, pra quem não sabe, a criação de uma nova unidade de conservação aqui do Jardim Botânico, já aprovada pelo Ibama, graças a Deus, depois de muita luta, mas porque nós precisamos conectar as áreas que estão todas sendo quebradas. O IBRAM admitiu já várias semanas que a gente não tem como dimensionar o total de impacto dessa quantidade de condomínios aqui no Jardim Botânico. O que a gente tá pedindo é respeito à comunidade, comunicação eficiente que não aconteceu e que essa audiência pública seja refeita daqui a 30 dias. Em um dia não dá pra analisar isso aqui. Primeira capacitação tá ruim, segundo, tá? Que não dá pra gente analisar os subconjuntos, mesmo que de forma resumida, com demonstração técnica, a gente não pode fazer análise crítica, mesmo que seja bastante técnica. Mas a minha solicitação aqui é que seja feita nova comunicação, a gente tenha tempo hábil para que os estudos sejam analisados, criticados, sem... a gente tenha um entendimento total, tá? E muitas na área de águas, o Jardim Botânico está sendo muito prejudicado, tá? Tem muitas nascentes que não estão sendo contabilizadas nesses estudos e há muito recorta e cola, inclusive, nesses estudos. Então a minha solicitação, desculpa, a solicitação da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, que é um ente paritário, não é um ente privado, formado, inclusive, temos colegas do IBAMA que fazem parte da condema, tá? E que tem que ser, pelo menos a gente, né? Tem tido essa comunicação de parceria com o governo há dois anos, no sentido de se colocar à disposição pra ajudar a divulgação das audiências, pra colaborar nos processos produtivos, porque a gente quer o bem do meio ambiente do Jardim Botânico. E por último, só uma observação, aquele que está mandando lá aquela foto lá morreu, tá? Eu tenho um vídeo do atropelamento se alguém quiser. Por quê? Por que nós não estamos... Não sei se é o mesmo, pode ser o primeiro, mas o que eu posso passar para vocês não é um vídeo agradável de se ver, tá? Então esse tipo de impacto aqui não dá mais. Ou a gente tem um planejamento eficiente, a gente reuniu o planejamento, a Secretaria de Planejamento, tudo aqui, senão não vai funcionar, tá? Bom, é isso. A minha solicitação é que ampla divulgação, nova reunião, a gente pode estar aí no local, não tem problema, ajudando a se divulgar, e discussão adequada dos estudos ambientais sem recorte de qual. Obrigada.

01:16:41;21 Sra Natália Almeida

Obrigada, Larissa, pela sua contribuição. Vou aproveitar para fazer alguns comentários a título de esclarecimento. Bom, fiz algumas anotações aqui só para não me perder, né, no que foi colocado. Você disse em relação a algumas formalidades na maioria da comunicação. E lá, quando você chegou e veio me procurar para a gente conversar sobre isso, eu acho que a gente sempre tem o nosso procedimento administrativo da audiência pública, uma... Em que a gente tem uma preocupação muito grande de exaurir os nossos canais de atendimento e de comunicação. A gente sempre tem o que melhorar, né? Então, eu agradeço a contribuição. Acho que podemos, inclusive, colocar como formalidade exigência do nosso normativo interno. E aí, buscar como, né? De ampliar os nossos canais de comunicação com outras entidades do governo do Distrito Federal, e sejam elas quais forem, enfim. Mais pra fim de registro, eu trago aqui, até para que a gente possa conversar depois com o nosso prefeito aqui da região, que nós encaminhamos o ofício dia 8 de junho com... para o gabinete dele, com o convite dessa audiência, né? Mas está aqui para registro, caso você queira levar. Então, se a gente, inclusive, precisar e for necessário que a gente amplie esse convite para mais entidades, se o que pode estar acontecendo aqui for insuficiente, né? Notificar a administração regional, a gente pode sim buscar meios para melhorar e equalizar eventual ruído ou falha na nossa comunicação. Quando você trata da fragmentação, pelo que eu entendi da sua fala, seria no sentido de a fragmentação das áreas remanescentes de cerrado, né? Como vocês bem viram, aqui na região do Jardim Botânico, a gente tem incidência da APA do São Bartolomeu, que é

uma APA que tem como previsto... É porque aqui no bairro a gente tem uma característica muito peculiar, né? A gente tem uma incidência de condomínios que foram implantados à revelia do poder público muito grande. E aí nós não temos um tratamento específico para aquilo que já foi feito. No entanto, na lei do zoneamento da APA, lá é estabelecido que os novos empreendimentos, eles ficam sujeitos, né? A sua implantação está condicionada a metade do empreendimento, 40% do empreendimento ser preservado, desculpa, ser preservado por meio de RPPN ou servidão ambiental. Então a gente entende a intenção do legislador, a gente percebe isso, que mesmo tendo ocorrido essa ocupação desordenada da região, ainda há tempo de se manter remanescente de cerrado e, no processo de implantação desses empreendimentos individualmente, cada uma das RPPNs, como a que foi apresentada, elas são avaliadas no conjunto de todos os vizinhos.

atividade, ou seja, para que uma possível RPPL do vizinho possa se conectar com essa e essa, por sua vez, se conecte ao seu outro vizinho e assim sucessivamente, a gente vai criando novas manchas, novos corredores em que pese, estejamos falando de um setor onde é prevista a urbanização dele, né? A gente está falando de uma zona urbana pelo PDOT e de áreas particulares que têm ali como possibilidade de serem utilizadas para fins de criação de empreendimentos habitacionais, na sua maioria. Então a gente, em que pese haja essa limitação e essa conjuntura da qual não é possível mais a gente retroagir, né? A implantação está posta e a gente tenta, através do licenciamento corretivo, regularizar situações que foram implantadas à revelia do poder público no passado, para que novos empreendimentos, como é o caso aqui dessa apresentação de hoje, a gente tem um instrumento que é muito valioso. O zoneamento da APA do São Bartolomeu, ele celebrou 20 anos há pouco tempo, 10 anos há pouco tempo atrás e ele nunca foi questionado em nenhuma esfera. E eu me lembro de quando nós tomamos conhecimento dessa exigência, que é uma exigência bastante inovadora no normativo brasileiro, né? A gente não tem outro instrumento no país parecido com esse. Eu me lembro de ter duvidado de que ele seria, enfim, efetivado ali na ponta. E a gente tem um retorno, assim, muito interessante, merece, a gente tem estudado isso do ponto de vista científico, metodológico, porque é um caso de sucesso. Eu considero um caso de sucesso, o Brasília Ambiental considera como caso de sucesso, porque de fato, É quase que improvável que a gente vá falar de uma gleba particular hoje no Brasil com remanescente de vegetação nativa, garantir por força de lei 50% da sua preservação. Então, e a gente não está falando de reserva legal rural, pessoal, a gente está falando de área urbana. Então, eu considero um caso de sucesso. E aí esse, eu trago essa situação aqui para enriquecer a discussão sob o ponto de vista que a Larissa trouxe. Bom, sobre a questão tá da presença nas audiências públicas, eu trago aqui para apresentar para os senhores um número bastante interessante para a gente refletir, que é em relação ao número médio de presentes nas audiências aqui da região do Jardim Botânico nos últimos seis anos. Nós temos uma média de cinco participantes em média. Então, essa audiência de hoje, ela está basicamente seguindo o mesmo padrão das outras 30 e poucas audiências que nós fizemos aqui na região nos últimos três anos. Então, é importante que vocês tragam esse retorno para a gente, porque nós precisamos entender se é se essa audiência de hoje ela tem algum diferencial que inclusive tem 26 hoje presentes na na no remoto, que o Leandro leu ali pra gente. Então, na prática mesmo, com base nos dados que a gente tem, hoje é uma audiência que tem muita participação. Então, a gente tem ali assim, talvez a gente precisa conversar e a gente pode conversar sobre isso, diferentes perspectivas aqui, uma perspectiva de quem de nós que estamos aqui em todas as audiências aqui, não só da região do Jardim Botânico, mas da região do Tororó, que nós também fazemos bastante, com uma presença bastante massiva na data de hoje. Então, eu queria entender se na data de hoje nós tivemos alguma situação peculiar que precisava ser desenvolvida, porque esses números estão bastante condizentes com os últimos três anos que a gente tem. Na verdade, tá condizente até um pouco melhor. Então, eu trago essas informações aqui para os senhores só para título de reflexão. E aí eu peço que ao final, se puderem ficar até o final, que a gente possa encontrar uma melhor forma de desenvolver isso, tá? Se há alguma peculiaridade do

empreendimento aqui específica e a gente trabalhe sim. Mas só para dar esse retorno pra vocês, esse número está bastante esperado e bastante de acordo com o que a gente tem feito aí nos últimos três anos. Tá bom? Obrigada. Não, é porque isso assim, quando eu falo que essa audiência não foi divulgada de maneira tempestiva e adequada, é a mesma divulgação que a gente tem feito nos últimos três anos, do qual, inclusive, é porque nós... tá, eu vou, eu vou, para que haja uma melhor discussão e participação dos senhores, eu vou seguir aqui conforme o que está na nossa na nossa agenda aqui da inscrição. E aí eu acho que fica melhor cada um poder colocar o seu ponto de vista e a gente vai rebatendo um a um. Mas eu fiz as anotações aqui com base no que a nossa colega Larissa aqui participou e trouxe, e na medida em que os senhores forem colocando, eu farei mesmo. Farei a devida mediação e a réplica em cada um dos temas que os senhores colocaram. Pode fazer a consideração de senhora Maria, apenas uma complementação na fala da senhora. Esses estudos, eles não são desenvolvidos em forma de recorte e cola, bem respeitosamente falando. A gente tem profissionais de diversas áreas, que eles fazem pesquisa de campo, fazem coleta, desenvolvem, escrevem o relatório, ele passa pela análise interna para poder verificar, é trabalhado o geoprocessamento, são mapas temáticos para que você possa desenvolver e entender todas as informações. As informações são compiladas, são tratadas para poder assim apresentar para o órgão ambiental, o órgão ambiental analisa os estudos. Dentro desses estudos, é uma fase que ele pode pedir alguma complementação. Dentro dessas complementações, a gente volta, revisa os estudos, complementa algum dado que, às vezes, que o órgão ambiental entenda que faltou, que precisa de melhores esclarecimentos. Então, assim, é um estudo que ele é desenvolvido por uma equipe técnica multidisciplinar, são vários profissionais do âmbito geológico meio físico, meio biótico, meio socioeconômico e a parte de engenharia e urbanismo. Obrigada. Eu vou chamar então aqui agora o senhor Cláudio Faustino A Castro. Ele é representante do Movimento Jardim Botânico, Movimento jardim Botânico. Pode falar. Não..

01:26:39 Sr Claudio Faustino

Pronto a associação dos moradores de Jardim Botânico 3. Então, o que é o Jardim Botânico 3, pra quem não sabe, é um bairro que é exatamente da igreja até o Super Adega, tá? E eu falo apenas por esse bairro. É um bairro que foi vendido pela Terra Carga, é um bairro legalizado, não foi com ocupação irregular do solo. E o que me traz aqui são dois pontos, devido ao tempo, né? Primeiro, com relação aos relatórios que eu vi na internet, eu vou focar no item segurança que tá lá. Dizendo que o bairro é seguro, tá? E não é. A gente mora aqui, a gente sabe que não é. Recentemente teve sequestro, invasão de casa, residência constantemente. Qual o problema disso? As ocorrências que acontecem na Polícia Civil, na Polícia Militar, ou na Constituição Sebastião, eu não tenho instituição aqui, então esses dados não são verdadeiros, tá? Então, nesse ponto aí. O segundo ponto diz diretamente com o empreendimento com esse, que ao meu ver, pretende melhorar a qualidade de vida das pessoas. Nós queremos a qualidade de vida também pelo nosso bairro. Repetindo novamente, eu falo do Jardim Botânico 3, não falo aqui sobre as questões dos demais condomínios da região, tá? Não falo do Jardim Botânico todo, tá? Repetindo Jardim Botânico 3 apenas. Afeta diretamente por quê? Porque quando recentemente teve a LOFAS, que foi mencionada, né? Não estava lá presente, e ligamos uma proposta da LOFAS, que quis transformar nosso bairro Jardim Botânico 3, que é um bairro bem parecido com esse projeto, um bairro de unidades basicamente unifamiliares, planejado com instrumentos institucionais, planejado também para comércios, né? Tudo direitinho. Só que a proposta da SEDU é que transformasse uma rua inteira em unidades unifamiliares para comércio. Nós rejeitamos essa ideia, tá? Então, iniciando aqui, eu quero que tenha um avanço. A preocupação é a seguinte, esse é o primeiro empreendimento, vão ter outros empreendimentos. E eu não vi na sua apresentação em que peso analisado e vi que existe uma coisa lá com relação ao comércio local. Mas não sei se vai ser o suficiente para que as pessoas não votem mais para o nosso bairro, que é um bairro aberto, que não é um bairro cercado, é um bairro público. E queremos fazer novamente, como foi mencionado no último

com plano, tá? Por uma conselheira, né? O nome dela é Júnia, que é da Fornas. Rejeitamos totalmente a forma e o conteúdo da fala dela, que ela reportou ao bairro Formulaati, como que aquilo ali tem que ser revisto para atender a necessidade de comércio da região. Não aceitamos isso, tá? Nossa preocupação é essa, tá com relação aos bairros que virão. Esse empreendimento deve ser o primeiro, ainda vão acontecer. E essa preocupação nos atinge diretamente, tá? Então, eu não vi esse estudo, então se forem fazer esse projeto, esse projeto avançar, e primeiro, levem ao GDF, o GDF vai chegar até lá, nossa preocupação e nossa intenção de não prosseguir com esse problema de mudar a LOFAS da nossa região. E também dizer ao nosso secretário da SEDU, né? Mande um falando da ideia, né? Nós queremos manter o bairro planejado, queremos manter a nossa... Nosso ordenamento urbanístico planejado desde o início, nós temos o MDR definido. Conseguimos o sistema tubular de vocês. Então, o que começa, a gente continuar como começa. O que é? É residência, queremos continuar como residência. Por quê? Porque queremos até agradecer o secretário que atendeu, não transformar as residências em comércio. No entanto, os comércios que vocês estão autorizando ser SR2, não sei exatamente qual, que são casas e programa maior, elas 8 metros de altura, aí autorizou 15 e já tem pedido para 27. Então, a gente quer barrar isso aí. Então, queria que você levasse essa oportunidade de levar os... Marcelo, se não me engano, não deu, né? Marcelo? Leva o Marcelo. Essa preocupação nossa é que a gente não quer que... Justificou dizendo que nós pretendíamos que o bairro fosse simplesmente para unidades familiares. Não, nós queremos manter o bairro como foi planejado. Nós compramos assim. Queremos permanecer assim. Acabando meu tempo, acho que foi isso, o recado foi dado. Obrigado. [Palmas]

01:31:49 Sra Natália Almeida

Obrigado pela sua contribuição. Vamos lá, eu vou tentar aqui, na medida do que é possível, do licenciamento ambiental de um projeto como esse, poder, primeiro, tirar as dúvidas do senhor em relação aos pontos que o senhor traz, mas também mostrar qual é a nossa limitação e até onde a gente consegue ir em relação a esse tema. Bom, no parcelamento como um todo, o senhor bem colocou aqui, quando ele é planejado e são feitas as definições dos usos de cada um dos lotes que ali são criados, a gente sempre tem o percentual das áreas que são públicas, das áreas de comércio e serviços, e por aí vai. E isso fica consignado, isso fica pactuado lá na criação do parcelamento. No entanto, com o passar dos anos, as mudanças que são feitas, elas vão ali sendo alteradas pela dinâmica do uso da cidade. Muitas vezes a comunidade dá uma importância ou uma desimportância a determinada região, enfim, pela própria dinâmica de urbanização, que é bem comum de acontecer e eventualmente a troca da mudança dos usos ali de determinados lotes. Em relação ao que um licenciamento ambiental consegue fazer em relação a isso, é preciso que reste demonstrado no processo, e a gente precisa investigar isso, de que se há algum tipo de limitação ao uso por alguma questão ambiental. Eventualmente, a limitação de uso, ela se dê por questões urbanísticas e não ambientais. Mas eventualmente, se aquele terreno, se aquela região, tem algum tipo de limitação ao uso por questões ambientais, um tipo de solo específico, um tipo de rocha específica, ou uma vegetação exuberante, um tipo de animal que tem ali, essa restrição vai aparecer no licenciamento ambiental e o licenciamento ambiental vai ser capaz de colocar algum tipo de proibição ou trava, algo do tipo, para um uso futuro. Eu vou dar um exemplo aqui para que o senhor entenda o que eu quero dizer. Um posto de combustível. Se a gente tem uma região que ela não é propícia para que no futuro um lote comercial vire um posto revendedor de combustível e ele pode vir a ser, a gente pode, no licenciamento ambiental hoje, quando criando o bairro, já colocar essa trava. E essa trava, ela vai acompanhar pela eternidade quase ali, né? Aquele terreno. Bom, em relação ao caso que o senhor traz, eu particularmente estive presente, acompanhei essa alteração de uso ali no complan. Não verifiquei, não consegui acompanhar, não tive como trazer aqui para o senhor elementos que pudessem, do ponto de vista ambiental, contribuir para aquela discussão, tá? Pode ser que a gente precise recorrer a questões urbanísticas, que aí vamos fugir um pouco aqui a nossa capacidade aqui dessa

equipe que tá aqui. No entanto, repito, naquilo que for ambiental e nós pudermos contribuir, seja nesse processo que nós estamos avaliando hoje, seja na região do Jardim Botânico 3, nós estamos à disposição. Podemos recebê-lo, conversar para a gente avaliar se as possíveis mudanças de uso estão atreladas ou não a questões ambientais e que se questões ambientais podem ser trazidas à mesa para, de certa forma, contribuir aí na tomada de decisão, tá? Infelizmente quer dar até uma resposta mais qualificada para o senhor nesse sentido, mas enfim, foge um pouco o nosso conhecimento e a nossa capacidade aqui do Brasil ambiental, mas vai seguir na disposição para aprofundar nessa discussão e naquilo que for relativo a esse projeto, já pactuar aqui que nós iremos aprofundar nossas análises para que a gente tenha diretrizes, pelo menos em determinadas situações, da manutenção do uso ao longo do tempo, tá bom?

01:36:02 João Batista

Eu só para comentar, voltado ao contexto do empreendimento, ele é um empreendimento com a finalidade de promover a aplicação residencial com esse foco, vão ser apenas unidades e a quantidade de unidades ela é restrita à densidade permitida, que são 478 unidades, tá bom? Vou chamar aqui à frente, então, o senhor Sérgio Pamplona, ele é da COMDEMA do Jardim Botânico. Senhor Sérgio, muito obrigada e a palavra está franqueada. Boa noite, pessoal.

01:36:33;17 Sérgio Pamplona

Meu nome é Sérgio Pamplona, eu sou arquiteto urbanista, mas sou arquiteto urbanista ecológico, supermarcutor, e falo de um lugar de muita tristeza, porque mais um condomínio, né? A gente devia estar lá fora vendo aquela lua em construção com ventos que tá bonita pra caramba, não sei se vocês viram, mas estamos aqui discutindo mais um condomínio, mais um empreendimento sustentável. E de empreendimento sustentável mais ou menos isso, eu morei num sítio a uns 500 metros do fundo do Avangarden, né, e eu moro num sítio que a primeira propriedade é autossuficiente, só com água de chuva, um lugar que era um campo limpo, que na verdade era um pasto degradado, que hoje em dia é uma mata se recuperando. E eu moro num sítio que a primeira propriedade é totalmente autossuficiente, só água de chuva. Um lugar que era um campo limpo, que na verdade era um pasto degradado, que hoje em dia é uma mata se recuperando. Ao contrário do que estão fazendo, 60% dela vai embora, 40% vai ficar, 60% vai embora. E se vocês tivessem conversado com a comunidade, como a AGU, Regina, Fusca, vocês sabiam que aquele lugar tem nome. O lugar onde vocês estão fazendo uma fortida tá... Nós demos esse nome para o lugar há uns 15, 20 anos atrás. Então assim, é meio... Sei lá. A primeira coisa que vocês fizeram, vocês falaram de um empreendimento sustentável, a primeira coisa é um muro de dois metros e meio de altura cercando o condomínio. Isso mostra da nossa doença humana hoje em dia, né? A gente fecha tudo, depois fala em corredores e conectores ecológicos. Brincadeira, né? Então vamos lá. Falar de algumas coisas aqui. Alguns pontos mais práticos e objetivos. Então duas áreas não concomitantes tratadas como área única, né? Quais infraestruturas são compartilhadas? Acho que nenhuma. Como será garantida a conectividade ecológica entre esses dois módulos? Como serão os acessos impactos da área 2? Já que o próprio diagnóstico afirma que não existem vias de acesso a ela, mas acho que o João Batista ficou com a via nova que vai ser feita lá. Dois, a drenagem é um ponto crítico. E aí é mesmo. Hoje em dia não temos problemas de drenagem lá e vamos ter. O condomínio vai colocar. Aliás, eu queria fazer um parêntese para dizer que eu sinceramente me sinto aqui num... Não me engana que eu gosto. Entendeu? Porque eu não sei se o que a gente vai falar vai ser levado em consideração, como não foi levado em consideração no P1-16. Eu não sei se... Assim, parte do pressuposto que o empreendimento é inevitável. E eu acho que esse processo é viciado desde o começo, porque eu acho absurdo que a empresa que vai fazer o condomínio, o empreendedor, contrate e escolha quem vai fazer

o levantamento. Devia ser contratado de um pool, um sorteio, uma empresa que não tivesse comunicação com o empreendedor para dizer é possível ou não é possível. Porque sempre o resultado vai ser, somos a favor do projeto, porque ele é muito bom. É maravilhoso, né? Então, a drenagem é um ponto crítico e você me fala, a gente está num momento de mudanças climáticas, climas extremos, e você me fala de bacião, só bacião. +1, sabe? Tem jardim de chuva, biovaleta, sueu, um monte de soluções, aliás, eu trabalho com elas há 30 anos e elas ainda estão aí como se fosse coisa nova. Não existe um estudo específico e a área tem 61,54% classificada como suscetibilidade média de erosão, associada à baixa profundidade laminar. Então, o aspecto favorece a erosão laminar e sulcos, depois podem vir a ser ravinas e depois vassourocas. O estudo fala de sete corpos receptores, a gente não encontrou isso no mapa. Aliás, o mapa sempre foi uma reclamação, né? O P1 e o P3. Tem propriedades de acesso, talvez seja por isso, né? Que os pontos não foram mostrados. Fauna está inserido no corredor ecológico. Eu tenho uma foto com aquele muro já feito e uma pegada de viadinho matreiro ali do lado, na direção do muro que fizeram. Esse veado não vai mais passar por lá, né? E você descobriu sete espécies endêmicas. Eu queria saber quais, porque sete espécies endêmicas em 23 hectares não é pouca coisa. Pra mim, isso me indica que o lugar não deveria ter um condomínio, mas tudo bem, né? Pra não mandar uma bandeira. As espécies terrestres estão no salvo, vão se ferrar, né? Então, mesmo assim, o estudo aponta como baixa sensibilidade faunística. Vale o estudo mais consistente, ajustes de criticidade frente ao encontrado no campo. Vamos lá, tem um corredor ecológico, espécies endêmicas, espécies ameaçadas, perda de habitat, risco de atropamento, fauna exótica e ainda se conclui que é baixa sensibilidade faunística. Deve ser justificada com critérios mais objetivos do que parece que foi. Arqueologia, existem cinco sítios arqueológicos cadastrados no entorno. O estudo ainda se encontra em desenvolvimento em etapa de avaliação. Não me parece adequado avançar com licenciamento sem estudo concluído. Participação social tardia, o diagnóstico socioambiental participativo e o programa de educação ambiental aparecem como ações assim protocolares elaboradas e são um breve prévio dos impactos sociais. Isso fragiliza a legitimidade da avaliação social. Então, tem outros pontos falhos também, como justificativo se aponta com viabilidade condicionada a providências futuras, né? Brincando, né? Outra coisa é, vamos fazer poço artesiano, +1. Os poços artesanais da região eram na faixa de 80 metros de profundidade quando eu me mudei pra cá há 30 anos. Já estão na faixa de 180 metros, às vezes não tem água. Não sobe minuto, deixa eu terminar. Não, deixa eu terminar, depois você vem. Mais que isso, é mais que isso, mas vamos lá. O estudo reconhece em parques relevantes drenagem, trânsito, fauna, água, esgoto e patrimônio arqueológico, mas transfere a segurança do empreendimento pra projetos, licenças e programas futuros. A comunidade pede que a licença fique condicionada à apresentação prévia desses elementos com metas responsáveis, prazos, indicadores e mecanismos de fiscalização pública. Isso é o mínimo que se pode exigir. Obrigado. [palmas] Sérgio, muito obrigada pelas contribuições. Eu tentei anotar, você falou bem rápido, eu tentei anotar o que o senhor colocou, foram muitas coisas. Eu percebi na fala do senhor, eu tentei anotar aqui os que mais eu pude perceber. mas eu acredito que tenham vários outros que a gente precisa avaliar, seja alguns erros do ponto de vista da redação do estudo ou das conclusões a que ele chega, né? Ah, tá, eu vou... Vamos lá, tá bom. Em relação ao conteúdo do estudo, para esclarecer a todas e todos em relação a qual é o procedimento que o Brasil Ambiental adota na condução das audiências em relação ao conteúdo do estudo. Primeiramente, depois que esse processo, ele é recebido pela nossa equipe, né, de triagem e de análise documental, a gente dispara os procedimentos de audiência pública, porque a gente entende que uma vez elaborado o estudo, ele tenha necessidade de ser analisado em diversas instâncias e por diversas perspectivas. O trabalho que é feito aqui, em que pese ele não seja uma análise propriamente dita, ele passa a compor a análise, né? Então, tudo isso que o senhor traz, a gente registra e a gente leva para a equipe, porque quando esse processo, ele retorna da audiência pública com as contribuições dos senhores, a equipe de analistas é que agora vai se debruçar no processo para que a gente faça exatamente o que o senhor fez. Examine com maior detalhamento ou examine

por outras perspectivas que ainda não foram avaliadas tudo o que foi colocado. Mas eu já trouxe, eu já anotei aqui e peço para a nossa equipe também já registrar. O senhor colocou algumas questões relativas à fauna, algumas questões relativas a soluções de drenagem e recomendações, porque em que pese seja uma recomendação do estudo a implantação de soluções que eu, de infraestrutura que seriam as tradicionais, isso não é uma decisão exclusiva do empreendedor. Isso passa por uma avaliação. E se eventualmente está comprovado que outras soluções de engenharia, sobretudo soluções baseadas na natureza, sejam as mais adequadas para a condução, no caso desse empreendimento, assim será colocado como condicionante. Então, de fato, a viabilidade, ela não é uma viabilidade absoluta, ela é sob determinadas circunstâncias que podem ser inclusive essas de que a viabilidade, ela só será possível de ser alcançada mediante a adoção, a exemplo de soluções de engenharia para drenagem pluvial, por exemplo, baseadas na natureza. Então, nós ainda estamos num processo muito inicial. de análise, como eu disse, o processo para nós de análise começa aqui com vocês, e daí ele vai se derivando, ele passa muitas vezes pelo colegiado do CONAN, ele passa pelos gestores de unidades de conservação, muitas vezes Jardim Botânico de Brasília, quando afeta a questão do Jardim Botânico, eventualmente se é uma unidade de conservação federal também passa por lá. Então, eu agradeço muito as contribuições, foram muito valiosas para exatamente pautar a nossa análise e pautar aquilo que vai se desenhando ao longo do processo para se alcançar, eventualmente, se possível, uma viabilidade do projeto. Deixa eu ver se faltou alguma coisa. Ah, tá. Ah, em relação aos muros, eu queria deixar muito claro que a implantação do muro, ela é uma condição para que eventualmente um empreendimento de condomínio é natural de acontecer, mas para o caso de um projeto que é vinculado e tem como parte da sua viabilidade a implantação de uma reserva, isso não pode acontecer. Então, isso de fato, não, não pode, mas é porque isso, é porque é implantação. Não, mas a implantação. Entenda o seguinte, isso já foi tratado do ponto de vista de autoinfração, isso já foi, isso já foi trabalhado. Não, o que eu quero dizer é que um projeto, a implantação de uma RTPN, ela não pode ter como premissa a implantação de um muro. Isso não está dentro daquilo que é o regimento. Em que pese não seja possível, isso tenha sido tratado, isso precisa ser combatido e a gente vai atacar isso ao longo do processo de licenciamento ambiental, porque foi numa etapa fora. Isso aconteceu fora desse processo que a gente está analisando aqui, numa outra situação. Então, a gente, na medida do possível, vai tentar agir tempestivamente, não só para a questão da autuação, mas para a remoção imediata daquilo que está pactuado que será a área de reserva. Porque em relação às demais áreas, que sejam as áreas de lotes, urbanizações e praças, coisas assim, de fato, há uma possibilidade da permanência. Isso vai ser avaliado, porém, com toda certeza, e de forma categórica, para unidade de conservação, isso não é possível. A gente bloqueia o fluxo gênico e é isso que a gente precisa combater. Aí a gente adentra numa questão que eu entendo a sensibilidade e a importância dessa discussão, mas que é uma decisão também em conjunto muito com o olhar urbanístico, né? Então, a gente precisa, junto com a SEDU... Tudo bem, eu entendo isso, eu entendo e a situação ela requer realmente um olhar mais aprofundado sobre as duas perspectivas. Então, fica aqui o registro do senhor em relação a especificamente à questão do muro e nós vamos agir tempestivamente para que essa questão da reserva seja resolvida de imediato. Que mais? Acho que no geral falei tudo. Se faltar alguma coisa, a gente bate um outro papo no final. Obrigada. Senhor Sérgio, apenas para complementar que a audiência pública não é o fim. Agradeço as suas contribuições na sua análise dentro do estudo. A audiência vai ficar aberta às contribuições por 30 dias. Não, são 10 dias a contar de hoje. A partir de hoje. Então para que a comunidade possa complementar essas informações para o IBRAM, para que possam atentar a alguns apontamentos de todos vocês. Por isso que é uma audiência pública, como a Natália comentou, tem uma participação online também de outras pessoas. Ah, eu acabei esquecendo. Obrigada por ter lembrado a questão dos 10 dias. A gente tem 10 dias a contar de hoje para a recepção das contribuições através do nosso e-mail licenciamento.ibram@gmail.com. Para quem está acompanhando remotamente ao e-mail que está na descrição do vídeo. Ah, tem uma questão que o senhor comentou, seu Sérgio,

que eu queria comentar também, é da questão conceitual, né? De o licenciamento ter como premissa a elaboração de diagnósticos e prognósticos pelo próprio proponente do projeto, né? A gente tem buscado... É uma questão que... mas é o que a gente tem inclusive como instrumento na legislação brasileira e que é alvo, claro, de muitas críticas, né? Ao longo desses 40 anos de licenciamento que tem feito no Brasil, com erros e acertos, enfim. É isso, é isso mesmo. Então, o que a gente tem hoje como remédio, digamos assim, para combater esse tipo de risco? Avaliação ambiental estratégica. A gente tem buscado do Brasil ambiental, depois de alguns anos aí, dentro do órgão, entendendo como isso se dá, acompanhando a dinâmica do território, a gente começar a trabalhar com esse monitoramento, essa avaliação ambiental estratégica, que é nada mais nada menos do que a gente somar todos, né? A soma do todo, de um em um a gente vai somando e ele não necessariamente é a simples soma das partes, né? Ele tem um impacto cumulativo e um efeito que precisa ser bastante avaliado com cautela para a gente falar que qual é quanto que se cabe além, quanto que se cabe a mais no território, né? De qualquer tipo de empreendimento, seja parcelamento do solo, seja indústria, seja posto de combustível, seja, enfim, quaisquer outros empreendimentos. Confesso pro senhor que não é fácil, porque metodologicamente a gente tem uma... Talvez isso pouco ainda desenvolvido no Brasil, do ponto de vista sistemático pelos órgãos ambientais no Brasil afora, mas a nossa equipe tem tentado acompanhar essa tendência e estar à frente, né? Com o monitoramento ambiental, que significa acompanhar exatamente os impactos no meio físico, biótico, socioeconômico, de maneira coordenada e de maneira integrada. Onde a gente consiga dar uma resposta que seja, ainda cabe ou não cabe e se cabe, o quanto ainda cabe e até quando, né? Então são perguntas que precisam ser respondidas, nós ainda não temos respostas para várias delas, mas eu tenho fé que assim, a gente está...

Sra Mariangela Pereira

Meu nome é Maria Ângela. Moro na região há 40 anos. Eu não sou de nenhum órgão, então vou me apresentar apenas como uma simples moradora. Uma moradora que assiste à destruição do Jardim Botânico de forma absurda. Eu moro em uma região de onde vejo esse morrão há 40 anos. Porque aquilo é um morrão, sempre chamamos assim. Agora ele tem um muro. Então parece que ele está sendo destinado a uma elite. Eu realmente não entendo quem vai morar em cima daquele morrão. Quando vocês falam que isso vai beneficiar a sociedade ao redor, eu digo que só destrói a nossa vida. Quando fui morar onde moro, escolhi aquele lugar porque queria morar no mato. Eu acompanho, por exemplo, o QI 16 e tenho documentada a destruição que fizeram ali. As máquinas chegavam até árvores com mais de dez metros de altura e as trituravam até virar pó. Depois elas tentam renascer porque aquele pó virou matéria orgânica, mas as máquinas voltam e destroem novamente. Quando vocês falam do córrego, eu pergunto: que córrego? O Taboca? Eu tenho um livro produzido na UnB, escrito pela filha de uma amiga minha, que vi nascer. O córrego Taboca é um dos afluentes mais importantes do São Bartolomeu. As nascentes já foram manilhadas pelo QI 16 e agora querem construir uma ponte para ligar o morrão ao outro lado. Eu estou falando isso porque vejo tudo isso diariamente. Ninguém nunca foi me procurar para perguntar quantas invasões de animais silvestres eu tive. Sempre houve cobras, graças a Deus, porque eu moro no mato e gosto disso. Quando comprei aquele pedaço de terra havia um tamanduá-bandeira com a cabeça dentro de um buraco. Hoje eu nem sei onde ele está. Os passarinhos vão desaparecer. O QI 16 será totalmente desmatado. Já não há mais tantos pássaros e agora vai acabar de vez. Também não se sabe quantos andares serão construídos. Em Águas Claras disseram uma coisa no início e hoje a realidade é completamente diferente. Eu nem vou mais lá porque gosto de morar no mato. Foi exatamente por isso que escolhi viver ali. Eu falo emocionada porque essa destruição dói. Quando vocês apresentam estudos, programas e falam em compensação ambiental pelo que será retirado, eu quero ver essa compensação acontecer. Porque agora já fiquei sabendo que basta pagar uma multa e está resolvido. Faz a compensação em outro lugar e aqui as árvores que floresciam todos os anos são destruídas e transformadas em pó. Agora querem comprar uma faixa da minha propriedade

para alargar uma estrada. E nem querem pagar. Querem trocar por um muro de arrimo para proteger a estrada que será construída. O que eu tenho a ver com esse muro de arrimo? Eu moro em um lugar onde sequer vejo esse fluxo, nem o barranco caindo sobre a estrada deles. Quando vocês dizem que fazem estudos e que existe uma seleção do que será removido, eu não vejo isso acontecer. Vocês estudam, estudam, estudam e removem tudo da mesma forma. Quando falam que isso será lançado no córrego, eu continuo me perguntando: que córrego é esse? Tem problema de abastecimento de água, vão perfurar poços artesianos, a região não tem lençol freático suficiente, não sei como será resolvido o esgoto, não sei como será resolvido o lixo. As escolas que vocês listam ficam longe. Vão construir escolas dentro desse empreendimento? Porque as pessoas que morarem ali provavelmente não vão querer colocar seus filhos em escolas que ficam a dez quilômetros de distância. Realmente é aterrorizante essa invasão das elites na região do Jardim Botânico, que é uma área nobre, prejudicando pessoas que, como eu, vieram há quarenta anos porque queriam morar no mato. Me desculpem, mas esse empreendimento atende a quem? Atende a uma elite que já possui vários imóveis e terá mais um, cheio de piscinas e tudo mais. Essa compensação ambiental é sempre calculada, mas eu quero ver acontecer de verdade. O rapaz me prometeu entregar a lista dos programas. Nós vamos poder acompanhar se esses programas realmente serão implantados? Ou basta pagar uma multa e entregar algum dinheiro para a administração? Quem é o administrador do Jardim Botânico? Quem é essa pessoa? Desculpem.

01:58:34 Sra Natália Almeida

Senhora Maria Ângela, obrigada pela contribuição. Eu anotei todas as suas colocações. Sobre a última pergunta, infelizmente não vou responder porque ela foi direcionada ao empreendedor. De fato, eu não tenho muito a contribuir nesse aspecto. Só gostaria de fazer uma correção. Quando a senhora mencionou "prefeito", acredito que estivesse se referindo ao administrador regional. Apenas faço esse esclarecimento. Passo agora a palavra ao João para que possa fazer seus comentários.

01:59:15 Sr João Batista

Dona Maringela, eu entendo a história da senhora. Compreendo completamente a sua percepção e a respeito. A contribuição que posso fazer é esclarecer que esse empreendimento somente chegou até esta audiência pública porque existe uma legislação urbanística do Distrito Federal que permite esse tipo de atividade nessa região. Se o Plano Diretor não permitisse esse tipo de desenvolvimento, tenha certeza de que esta audiência pública sequer estaria sendo realizada. Portanto, como a legislação do Distrito Federal permite esse tipo de ocupação para essa região... Então, o interessado por ser proprietário dessa área privada, ele teve a pretensão de desenvolver o empreendimento, só que para isso ele vai ter que atender várias diretrizes e normativos para poder chegar no objetivo, tá? Então assim, eu entendo a frustração da senhora, mas eu ressalto que estamos aqui discutindo um empreendimento que está compatibilizado com o plano de uso e ocupação, com as diretrizes de ordenamento territorial do Distrito Federal.

02:01:20 Sra Natália Almeida

Obrigada, senhora Mariângela, pelas contribuições. Vou chamar aqui à frente o Argeu Breta Pessoa de Melo. Seu Argeu, agradeço a participação e tá passado a palavra.

02:01:35 Sr Argeu Breta

Boa noite a todos. Me chamo Argeu Breta Pessoa de Melo, ex-procurador e advogado, de direito público, empresarial e complexo. Vejo que a animosidade está começando a existir. Eu, como procurador, me digo que

me sinto feliz por ter ajudado a lei maior do Distrito Federal Orgânica, como comissão de jurista. O Brasil tudo é atropelado, como a senhora bem diz. As coisas são feitas de cima pra baixo. Quando iniciaram o Noroeste, diziam que seria um bairro altamente sustentável. Mentira! Águas Claras, mentira! O que é pior de tudo isso, eu que moro ali, somos invisíveis. Vocês criaram o empreendimento Reserva Botânico, que eu tenho conversado com eles, eu vou chamar um TAC para puni-los severamente, porque eles não estão cumprindo. Estão destruindo a estrada nossa com 50, 60 caminhões que Brasília Ambiental deveria. Nós somos invisíveis, vocês nunca chegaram a perguntar quem mora mais de 18 pessoas. Primeiro, vai em país sério, se construir viaduto em seis meses, sete meses. Juscelino construiu Brasília em cinco anos. Para se colocar qualquer empreendimento em Brasília, deveria se construir os dois viadutos minimamente, passarelas. Primeiro, nós somos a quarta maior região. Temos que ter delegacia, corpo de bombeiro, corpo de bombeiro, questão educacional é colocada à margem. A questão mobilidade é mais terrível ainda. Quando se faz qualquer empreendimento, teria que ter toda essa infraestrutura já realizada. Em relação ao empreendimento de vocês, tem outro empreendimento em frente à nossa casa, que é do Marinho, que vai realmente destruir tudo, mais do que vocês. Então, efetivamente, no seu contrário, a evolução e ao crescimento do Distrito Federal. Mas que venha antes disso um critério, um estudo de impacto de mobilidade, que não tem nenhum. Nós temos todo dia 60 caminhões mobilizados. Todo dia está se levando a um caos total o trânsito. Então, para se ter um empreendimento desse, teria que ter a questão de mobilidade, teria que ter a questão de água pluvial, de água potável, de esgotamento. Eu mesmo impedi, há seis anos, que viesse esgotamento rasgando a nossa propriedade, sem nem estudo tinha. Eu impedi graças a Deus, dessa vez, que não viesse esse esgotamento que iria rasgar planta abaixo para chegar em São Sebastião. Então, qualquer estudo tem que ter viabilidade. É porque tem legislação em vigor, não. Eu concordo. A legislação tem que vir para se adequar à realidade de todos. O empreendimento tem que ser solidificado, mas que venham os questionamentos que atendam a realidade. Vocês fizeram um empreendimento, não só vocês, e nos colocaram como invisíveis. Quem sotou tudo isso foi um amigo nosso, vizinhos, a Reserva Jardim Botânico, você. Agora precisamos ter a visibilidade, que até agora Brasília Ambiental não disse para quem veio, que o empreendedor precisa equacionar essa situação, porque não está nada equacionado e nós estamos sofrendo. E nós não queremos colocar colisão, queremos que tudo venha no sentido de que haja normalização, haja respeito, porque se não existir respeito, nós estamos enterrando uma região e estamos indo de encontro a um progresso sustentável, que, lamentavelmente, aqui em Brasília, no Brasil, primeiro se vem os empreendimentos, para depois se pensar na mobilidade, na qualidade de vida do povo. É uma vergonha. Obrigado.

02:05:22 Sra Natália Almeida

Obrigada, seu Argeu, pelas contribuições. Eu fiquei com uma pequena dúvida, eu gostaria, se possível, se o senhor pudesse me explicar melhor. Só uma questão de ordem, eu queria pedir boa noite a todas e todos que estão ali próximo à cozinha, na medida do possível, se puderem fazer um pouquinho, falar um pouquinho mais baixo para a gente não prejudicar o trabalho aqui, tá bom? Muito obrigada desde já pela atenção e pela colaboração. Obrigado. Seu Argeu, quando o senhor disse assim que teve um problema na estrada, pela implantação do 516, teve um... do Reserva Jardim Botânico, né? Teve um problema que destruiu a estrada. Coloca ali.

02:06:13 Sr Ageu Breta

A nossa relação com o condomínio, que nós somos áreas particulares. Qual que seria a área? Porque eu não entendi ainda onde é que... Nós estamos aqui conhecido, que é a raro projeto, Forquilha da Taboca. Após a equalização de três, descem toda aquela estrada, foi feita por nós. E ela está sendo destruída porque foi feita uma

estrada com uma mobilidade só de carro leve. São 60 caminhões diariamente. Eu já falei com o empreendedor, falei com o engenheiro-chefe. Quando antes do empreendimento, ele vendia tudo para nós. Quando ele vendia, vendia para Deus. Quando iniciou o projeto, veio o diabo e disse vamos desencerrar e vamos rasgar do jeito que vier. E vocês fiquem sabendo que, quem sabe um dia vamos recapear a estrada. A gente sabe que a promessa tem que vir agora. Eu, como procurador, vou exigir ao procurador de defesa urbanística que acompanhe diariamente, e se possível, antes de balizamento, que chame todos os empreendedores, a Brasília Ambiental, e vocês, se não cumprirem, não seja um TAC de tostões, não. Um TAC que torne o empreendimento pensativo. Tipo assim, se eu não cumprir, vou pagar uma fábula incrível. Então, efetivamente, vocês têm que coordenar tudo. A estrada lá, 60 caminhões prejudicando a comunidade de mais de 18 pessoas. Que empreendimento esqueceu. Se chama Forquilha da Taboca, como bem disse, mais de 30 anos. Vocês não esqueceram, não, senão nós somos invisíveis. E a mobilidade, e a questão das questões públicas. Não tem delegacia, não tem nada...

02:05:27 Sra Natália Almeida

Certo, isso ficou claro. Essa parte ficou clara sim, eu já tinha anotado que na questão do senhor, o senhor fala a respeito da implantação dos equipamentos e infraestrutura chegarem antes da população, né? É uma briga muito grande que a gente tem, seu Argeu, porque, de fato, quando a gente fala de viabilidade do empreendimento, é viabilidade pensando no cenário em que ele está completo, né? Não adianta a gente ter a comunidade chegando se não tem o posto, se não tem escola, em que pese isso não seja uma questão estritamente nossa, tratada pela pasta ambiental, e a gente tem que ter essa bola dividida com outros entes governamentais, é uma luta que a gente tem e a gente faz coro por conta disso, por entender que o ser humano também é parte do processo e precisa ser atendido integralmente nas suas demandas. Então eu... É isso, é exatamente isso. Depois a chuva vem, leva o pavimento e tem que fazer tudo de novo depois. Essa questão do caminhão, antes de passar para a dona Mariângela, eu queria só destacar aqui que, do ponto de vista nosso do Brasília Ambiental, da fala que o senhor traz, eu deixo como encaminhamento aqui a solicitação de visita da fiscalização nas próximas horas, para que a gente avalie tempestivamente qualquer tipo de situação, não somente em relação à saída desses caminhões, mas qualquer outra intercorrência que tenha, para dar uma pronta resposta aí, pelo menos em relação a um iminente dano, risco ambiental que se tem ali na região, tá? Já vou fazer o encaminhamento, já vou fazer o encaminhamento da fala do senhor para as frentes de fiscalização. Obrigada. Passo para a senhora Mariângela para fazer a complementação do que ela diz a respeito dos caminhões.

02:10:03 Voz sem identificação

Sobre os caminhões é o seguinte, e aí entra de novo o que vem do planejamento, o que vem da audiência pública e o que acontece na vida real. Então, na audiência pública, feita por causa, porque foi mal divulgada e nós conseguimos, como Ministério Público, que fosse feita uma audiência pública do 516, hoje chamado Reserva Jardim Botânico, bonitão lá, fazendo propaganda, eles falaram que iam fazer toda a infraestrutura antes de começar a comercializar. Mentira, eles estão comercializando, já teve um monte de coquetel. E aí, a estrada que eles fizeram para chegar nos prédios e que vai chegar e vai conectar, que vai ser o acesso do condomínio Avangarden, vai ser a estrada que eles vão fazer dentro do 516, essa estrada, ela simplesmente está fechada a parte de baixo. Eles abriram um pedaço, mas eles iam fazer a saída dessa terra toda, esse caminho, pelo que eles abriram, uma estrada muito menos inclinada, onde o caminhão vai ter um trajeto, inclusive, menor. Mas eles vão pela nossa, porque eles não querem sujar a estrada deles, bonita, em frente ao estande de vendas. Isso é um absurdo, é uma falta de respeito completo, acabando com a nossa estrada. A nossa descida é uma descida que faz assim, muito íngreme, olha, eu estou estando na hora de um caminhão daqueles, caminhões truncados.

Perdeu freio, tem um acidente feio ali, é questão de tempo, é questão de tempo. Isso tem que ser realmente visto logo.

02:11:39 Sra Natália Almeida

Certo, eu agora consegui visualizar mais ou menos o problema, e eu acho que o licenciamento ambiental pode contribuir no sentido de os senhores, se possível, quanto antes puderem nos reportar via lei de acesso, ouvidoria, desculpa, ouvidoria essa situação para o Brasília Ambiental, porque a gente vai ter materialidade para poder, mesmo chegando lá e não constatando o trânsito dos caminhões, que a gente não sabe exatamente que horas que tá, a gente poder agir e colocar algum tipo de restrição desse tráfego, tá? Então a gente pede que encarecidamente o senhor possa fazer a ouvidoria para a gente ter como agir, tá? Tá bom? Certo.

02:12:30 Voz não identificada

Eu vou acrescentar só pra, quando cortaram a pista que sai da Ponte JK, ficou uma encosta imensa aqui do lado. Isso que ele tá falando que eles fizeram e que agora eles não usam e usam outra estrada, é a estrada que eles fizeram, tipo aquela encosta que fizeram na saída da Ponte JK, eles fizeram não pra ir pra, pra eles usarem pra implantação do projeto. É direcionado para o instante de Vindas, maravilhoso, luxuoso que eles fizeram. Aí o que acontece? Eles fizeram uma montanha, você não tem ideia, lá no alto, assim, uma área imensa de terra argilosa que eles tiraram da encosta. Agora eles estão carregando isso pra não sei onde, porque eu achava até que era pra o nosso lado, mas eles estão saindo. A gente não sabe onde eles levam, mas é máquinas enchendo caminhão, enchendo caminhão o dia inteiro, inclusive sábado. A gente... Aquela máquina. Eles estão carregando isso e usando a estrada que vai...

02:13:30 Sra Natália Almeida

Tá certo. Então eu vou pedir novamente, só pra fins de registro, que seja feita a ouvidoria quanto antes pra gente poder agir e conseguir com o nosso, o processo de licenciamento que eles têm conosco, colocar as restrições que são devidas, inclusive pra que não haja nenhum prejuízo pra vida pra vocês. Obrigada, tá, pelo report. Finalmente, da lista de inscritos, temos a senhora Shirley Ralph. Ela é da COMDEMA Jardim Botânico e a quem eu passo a palavra.

02:13:59 Sra Shirley Ralph

Boa noite. Boa noite. Primeiro eu quero colocar uma coisa que a Ibram e pra SEDUH, que a COMDEMA já foi conversar com o Ibram e a gente sabe que não há nenhuma estimativa de todas as demandas de empreendimentos aqui da ocupação que já existe, do que já foi aprovado na estimativa da região. Então pra nós é necessário fazer uma moratória de novas aprovações, porque é uma total, no nosso ponto de vista, irresponsabilidade ficar aprovando mais novas ocupações, como disse, mais quantas pessoas que nem foram lá atrás, agora aqui, o 516. Eles ficam falando que a nossa ocupação antiga foi desordenada, mas fazer isso é uma total desordenamento. Porque não se tem ideia que existe lei pra ter a questão da água. No mínimo, existe lei pra você saber e ter que ter a estimativa de toda a região, da população da região, pra você pelo menos a água. Imagina todo o resto da infraestrutura. Então isso é uma questão que é muito necessária. E antigamente, quando falava, eu não gosto da área de licenciamento, da área ambiental, o licenciamento sempre via pelo menos três alternativas, seja de área, seja até de atividades. E eu não vejo nenhum novo licenciamento que faça essa indagação se esse empreendimento, se esse local é o melhor pro empreendimento, e se esse tipo de atividade é o melhor para o local. Esse local, que é o Vale, não tem esse perfil de botar prédio, botar um monte de pessoas. Não é o perfil

da região. Eu entendi, pelo pouco que eu vi da apresentação, que era muito ruim de ler, que é multifamiliar, portanto é prédios. A nossa ocupação aqui, quando foi feita o bairro mesmo, em 97, foi a audiência pública de aprovação do bairro, era unifamiliar. Eu vim morar pra cá porque é isso. Eu tenho menos tempo aqui, eu tenho pouco mais de 20 anos aqui. Mas eu vim morar pra cá porque eu quis morar num mato. Eu gosto de morar num mato. Eu vejo tamanduá, vejo veado, passando agora, às vezes que saiu o reserva, já me... Eu não vejo mais isso, mas eu via raposinha, via veado, eles foram pra sábado, a gente já viu tamanduá passando lá na ruazinha do. E graças a Deus, no Ibram a gente conseguiu ser regularizado, nós temos a licença de aprovação. Mas a Seduh nunca nos aprova, ela sempre volta, nós pra trás, nós pra trás, nós... Um condomínio com quatro ruazinhas de casas pequenas, com 900, 800 metros quadrados de área pra cada casa, e a gente não consegue terminar o nosso licenciamento desde 1985. Mas os novos vão aí a rodo, né? É um atrás do outro, é um atrás do outro. E o nosso, como o Janivan 3 falou, a gente tem um perfil de unifamiliar, a gente não tem perfil de prédio nessa região, e nós moradores não queremos isso. Claro que vocês já estão mudando o perfil dos moradores, e aí com isso, claro, vai começar a dizer, não, foi um prédio porque eu preciso ganhar dinheiro, que nem a ... aqui querer fazer isso. Mas graças ao movimento dos moradores a gente conseguiu avariar com isso. E alguns pedidos, se, bom, o 516, que é a audiência pública, acabou pedindo continuidade da audiência pública, porque nada foi respondido, além de que em dezembro de 2018 a JK já estava impedida no horário do, mas não foi metodologia, não foi sobre impacto, foi sobre metodologia. A gente terminou a audiência pedindo continuidade. Mas se você ler o relatório que foi aprovado pra licença prévia, tem um parágrafo sobre audiência pública de umas dez linhas, e tá dito assim, todas as questões colocadas pela comunidade foram respondidas. Nós, nós propomos coisas no Ibram, nós nunca tivemos resposta das coisas. Ou seja, por isso que quando ele fala, e eu também falo que isso aqui é só pra inglês ver, só pra cumprir a lei, só que o que a gente pede não acontece, que nem PDOT, porque o que você vai dizer, aí, que o PDOT permite, mas o PDOT pergunta quantas coisas a gente mandou pro PDOT, só da COMDEMA JB. Inclusive pra APP não contabilizar a estimativa de população, porque a APP é área de preservação permanente, portanto, não tinha ser nem rural e nem urbana. Não devia contabilizar pra botar gente em cima, contabilizar pessoas, que como fez o Quinhão 16. A gente pede isso, mas alguma coisa é levada em consideração? A audiência pública do PP, levou alguma coisa em consideração? Então assim, cara, a gente vem ainda de vez em quando pra ver se a gente consegue pelo menos espinhar aqui só dar um pouco da agonia que a gente tem, porque a gente veio morar num bairro pra ser de pouca ocupação, e nós estamos sendo atropelados, que nem os caminhões lá. E aquele talude, aliás, que o caminho de Esmeralda, um dia ele caía. E aquela rua desce reto, que na minha época se fazia curva de nível pra fazer rua. Aquela rua descendo reto, que chove, pra descer de pranchinha, né. Aí assim, pedido, se for aprovado, mesmo assim, pelo menos façam as coisas de conectividade antes de começar o empreendimento. Porque os bichinhos já estão lá. O empreendimento vai ser colocado. Então não adianta ficar prometendo coisas, e aí põe lá, põe máquina, corta, faz isso, faz aquilo, e os bichos obviamente vão embora. Aqui na apresentação, papel aceita tudo, já disse, ideia. E aí. Aqui na apresentação, papel aceita tudo, já que você, pessoa, E aí, também, foi na categoria C, RPB, área de APP, cara, parte com licitação, mas não dá, não. E tem sítio arqueológico lá. Isso tá sendo considerado aí, assim, sensível aí, cadastrado, como o colega falou. E a compensação ambiental, onde fica? A gente pergunta sobre a compensação ambiental desse tonelada de novos empreendimentos, a gente não consegue saber. A gente já teve uma pessoa vibrante, foi lá falar sobre compensação, Mas aí, como é que a gente foi trazer pra conseguir botar projeto de compensação ambiental do Pichá, tem, pra gente fazer aqui, pra poder fazer, os moradores poderem fazer projetos aqui no nosso parque, na nossa... Cara, você passou isso pra quê antes? Organização ambiental... Não sei, fazer RPB em todas as nossas costas. Eu fiz estudo da mata lá do nosso condomínio, que é do empreendedor que vendeu, né? Vendeu, foi embora e fez, foi morador da terra pra gente. E a gente é chamado de, a gente tem sem vergonha, né? E eu tenho um endereço completo, se vocês quiserem aprender. Mas vocês

vão trazer? Não. Não é assim fazer tudo. Então assim, onde mais dinheiro da compensação ambiental? Como a gente pode trazer isso pra cá? Então façam isso pra esconder, façam um documento e mandem pra todas as quando puder, pra que a gente possa realmente estar colaborando, ter o papel da comissão. Colaborar com a implantação da política ambiental do Distrito Federal. Nós não somos um conselho só para fazer recurso de. A gente também tem possibilidade de decisão e de colaboração mútua com a aplicação. É nosso interesse, nós temos mais técnicos da área. Agora a gente renovou o nosso pessoal, tem mais técnicos aí, temos, a gente mal conseguiu botar certo, agora a gente tem 15, a gente até conseguiu uma empresa chamada, pra falar, participar com a gente. Então, usem a gente pra coisas boas, não só pra vir fazer. E eu já falei da questão da, da 516. Cara, a gente fez uma organização, a gente foi lá, voltou, pediu continuidade, e o que aconteceu? O relatório aprovado. Tá tudo respondido. Cara, aí a gente fica pensando, vale a pena vir aqui falar alguma coisa? Vale? A gente vem colocar as coisas e o que a gente tem que volta? Isso é angustiante. Eu comprei minha propriedade aqui com custo, hoje eu mal consigo vender pra ir pra um, porque tem tanta casa lá no meu certa que a minha casa é seriedade legal, sabe? Isso pra uma pessoa que foi técnica, que trabalhou a vida inteira, bem aposentada, não é isso, tá fazendo consultoria pra que tava nas contas? Aí eu venho o governo, nesses sete anos que tá aí, sete anos, vê? Cara, estracha como lugar que a gente mora. Onde tá o respeito pelas promessas de 97, 96? Eu sei que não é você, não é o técnico em si. Mas eu, como técnico, era muito manchado, porque os técnicos são hoje em dia. Porque eu ia lá pro Brasil, quando eu era novos e mandava pra eles, pros meus pais, de especialização, que eu queria especializar, dizia assim ó, isso aqui tá acontecendo. O senhor faz uma ação aí pra gente? Aí ele ia lá e fazia. Era assim que a gente funcionava. E o prefeito não podia mandar eu pra rua porque eu era concursada. Eu era uma servidora pública porque eu servia ao público. E isso, essa administração, não o público, o servidor, mas o público, essa administração, atual governo, ele esqueceu que ele serve ao público. Ele só tá olhando a parte empresarial do público. Ele tá esquecendo todos os outros, a outra parte da população que existe nesse universo.

02:24:30 Sra Natália Almeida

Obrigada, Shirley. Obrigada. Não, tudo bem. Obrigada, Shirley, pelas contribuições. Eu fiz algumas anotações. A colocação mais de impacto que você traz, em relação à questão da definição pela SEDU e pelo IBRAN de novas aprovações. Eu vou pedir licença na colocação em relação ao IBRAN, porque é só pra todos terem a ideia de que nós, do Brasília Ambiental, somos o braço executor da política ambiental. Então, quando definida uma determinada área como área de oferta habitacional, pela lei complementar, que é aprovada por um quórum qualificado na Câmara Legislativa, Conselho de Planejamento Urbano, feitas 50 audiências públicas. Então, assim, nós aqui estamos dando, infelizmente ou felizmente, cumprimento àquilo que foi democraticamente escolhido. E aí, independente daquilo que a gente coloque como restrição ambiental, nós ficamos um pouco engessados em relação a atuar e proibir certas ocupações, sejam elas onde forem, né, não importa. Então, de fato, eu endereço esse apontamento exclusivamente para a SEDU, viu, Shirley? Porque a gente fica aqui um pouco engessado. Mas tudo bem, vamos lá. Bom, eu vou passar a palavra aqui, na sequência, para o João, para que esclareça as questões relativas a sítio arqueológico, porque eu não tenho essa informação aqui no momento para te passar, e eu acho que como elaboradores do estudo, eles tenham mais atualizações em relação à tramitação do processo junto ao IPHAN, tá? E em relação a alternativas locacionais, a gente tem muito claro isso quando a gente parte da perspectiva de que é possível alternativas. Quando a gente tem uma propriedade particular, como é o caso aqui, e um empreendimento em que a gente está ali, é um pouco estanque e é um pouco limitada essa avaliação de viabilidade. Diferente, por exemplo, de uma obra de mobilidade, abertura de uma estrada, onde eu decido se eu vou pelo direito ou pela esquerda, ou se eu faço um determinado trajeto em detrimento de outro. Para mineração, parcelamento, empreendimentos privados dessa natureza, fica um pouco

limitada essa questão da avaliação da viabilidade diante de outras alternativas locacionais. Ah, é porque assim, o instrumento do licenciamento ambiental, como ele olha o projeto, ele fica limitado. Então a alternativa locacional, a meu ver, nessa perspectiva do parcelamento, é aquele exercício que a gente tem que fazer uma ou duas casas antes, que é a alternativa locacional para bairros habitacionais. Porque quando o poder público sinaliza que nessa região a gente pode colocar, abrir uma região de novos empreendimentos habitacionais, a gente já superou essa fase da alternativa locacional. A gente pensa numa alternativa de projeto. A gente pensa numa alternativa de projeto, porque dentro daquela possibilidade, qual é o melhor projeto que nós podemos fazer? E essa análise de alternativa, ela acaba se limitando um pouco a isso. Porque, de novo, o licenciamento ambiental sendo um instrumento de análise de projeto, e não propositor de política pública, sendo capaz de retroagir em zoneamentos, porque a gente não consegue retroagir em zoneamentos por meio do licenciamento ambiental, a gente tem uma limitação muito grande de como agir em relação a situações como essa. Claro.

02:28:22 Sra Shirley Ralph

É papel do IBRAM fazer um parecer e mandar para o ensaio público, Procuradoria, e dizer o que foi aprovado pelo PDOT não cabe nesse tipo de região. Isso é papel do técnico. Se isso vai dar em alguma coisa, são outros 500. Mas eu, como técnica, antigamente fazia isso. Se vinha algum empreendimento que não tinha, porque naquela época, a Floripa não tinha todo esse, hoje não, não tinha o perfil que a área demandava, faz parecer técnico, chama os problemas, chama o Ministério Público. Para isso existe população, comunidades. Os técnicos não estão sozinhos nisso. A gente não precisa ficar só recebendo o que os outros fazem. Se a gente vai conseguir, são outros 500, mas pelo menos a gente tem que tentar. Se a gente não olhar as coisas pelo perfil do local, pelo perfil da... Cara, o Jardim Botânico não tem perfil para esse prédio, a gente tem um monte de encostas, que os corredores se conectam com uma reserva da biosfera que ninguém mais lembra que existe uma reserva da biosfera, e para que serve uma reserva da biosfera. O cerrado tá empurrado, a agricultura ao redor do Distrito Federal já levou um monte de cerrado embora. Então, assim, ou nós técnicos tentamos fazer alguma coisa, nem que seja a desespero, então os servidores públicos, porque não é, você pode dizer, tal, medida de cargo comissionado, porque eu não consigo, eu não consigo fazer isso. E hoje em dia, nós, nesse país, estamos precisando disso. A coisa tá muito feia, nós estamos sendo atropelados por tudo. E o PDOT não tem nada para a adaptação climática. O que vai acontecer com a gente?

02:30:17 Sra Natália Almeida

Shirley, eu me vejo... Não, eu entendi a sua fala e faço coro, porque você fala, às vezes vocês não estão sozinhas. Você está, muitas vezes, a gente tá, viu? Porque é porque nós, do IBRAM, nós atuamos no licenciamento ambiental, uma frente, unidade de conservação, fiscalização. E você não imagina a luta que é para manter as 84 unidades de conservação em pé. Dirá para a gente garantir que as propriedades particulares estão, digamos assim, numa situação, na verdade, indicando algum tipo de risco ambiental. Então, a gente aqui tá num senso de urgência tão grande, né, em relação, sobretudo em relação, primeiramente, às nossas unidades de conservação. A gente precisa provar todos os dias que elas são importantes e que elas precisam ser preservadas, e que não pode passar estrada em cima, porque aí você quebra a conexão, enfim. É uma luta diária mesmo. E eu pensei na sua fala, esse sentimento, que é o mesmo que a gente tem. E aí a gente acaba, muitas vezes, limitado mesmo. Não que a gente não coloque o nosso parecer e não que a gente não dê a nossa diretriz, não que a gente não se apresente ali como propositor de saídas, alternativas. A gente sempre busca isso. Mas é uma distância muito grande entre se fazer e se executar, né? Então, eu faço coro com você em relação a isso. E aí, quando você coloca essas questões específicas do empreendimento Reserva Jardim Botânico e de erros, que possivelmente erros, né,

que aconteceram no passado na condução daquela audiência pública, eventualmente naquele processo, eu tô escutando aqui você falando e tentando buscar se não é o caso da gente revisitar esse processo e fazer algum tipo de reavaliação dele, e aí de ofício mesmo, pela nossa superintendência, para que a gente eventualmente consiga agir tempestivamente em algum problema que a gente tenha. A gente já identificou aqui a questão dessa movimentação de terra, você trouxe a questão dos taludes, que são taludes que estão muito íngremes, que podem ameaçar uma questão de erosão, curvas de nível que não foram seguidas no estabelecimento de algumas estradas. Então, com base nesses relatos aqui, a gente vai buscar, porque logo ali ao lado, né, desse empreendimento que a gente tá avaliando, eu me comprometo aqui com vocês a gente colocar nossa equipe dedicada a fazer uma reanálise agora, e uma fiscalização, um entramento desse processo, tá? Pra gente pegar qualquer tipo de equívoco ou problema que a gente tenha lá. E aí a gente deixa isso como encaminhamento, tá? A gente deixa isso como encaminhamento. Vou passar aqui pro João pra ele fazer os esclarecimentos da parte de sítio arqueológico.

02:33:08 Sr João Batista

Sítios arqueológicos, nenhum está inserido na poligonal do empreendimento. A gente tem aqui, com distância, a norte, depois do Jardim Botânico, uma distância aqui de um quilômetro e meio de distância do empreendimento. O mais próximo tá ali atrás do Solar de Brasília, tá a 800 metros. O outro tá um quilômetro e 700. O outro, um quilômetro e 37. E o outro, que é depois do São Sebastião, que tá a 2 quilômetros e 200. Então, assim, qual que é o procedimento? Quando nós iniciamos o processo, nós submetemos ao IPHAN uma ficha de caracterização arqueológica, para a qual o IPHAN emite um termo de referência específico, para o qual ele define quais são os critérios que ele quer para aquele estudo. Então foi elaborado o PAIP, o PAIP é um projeto de avaliação de impacto do patrimônio nacional arqueológico. Então ele define prospecções e sondagens ao longo do estudo. E dentro desse estudo, ele solicita algumas medidas para serem adotadas ao longo da implantação do empreendimento. Porque o monitoramento arqueológico de alguns vestígios precisa ser monitorado para que possam ser identificados com a possível identificação na fase de instalação. Então o IPHAN ainda tá em manifestação desse relatório que foi apresentado, e a partir desse relatório a gente inclui essas exigências durante a fase de instalação do empreendimento.

02:35:18 Sra Shirley Ralph

Eu entendi que não... Foi assim que me foi passado, porque não fui eu que achei, foi um colega que leu e me passou isso. Mas assim, o que eu vejo nos processos desses trabalhos que são feitos pelas empresas, por isso que eu não faço isso, porque vocês sempre seguem a mesma receita de bolo. Não existe nenhuma proposição que seja fora de uma receita normal de todos os... Por exemplo, vai fazer uma RPPN, o que é uma RPPN? Uma unidade de conservação. Portanto, uma unidade de conservação vai ter prospec, vai ter divulgação e tal. Então, dentro desse trabalho, divulga esses sítios, porque ninguém sabe que existe. Dentro da compensação ambiental, coloque dinheiro da compensação ambiental para ajudar o IPHAN a fazer o trabalho dele, sabe? Porque o que eu vejo nessas apresentações é sempre tudo igual, tudo muito copy e paste parecido. Pega lá a área só, mas pega a mesma ideia, pega... Não tem criatividade, não tem criatividade sobre... Tem cinco sítios arqueológicos, não fala nada que lá na RPPN vão trabalhar com a ocupação dos sítios e vão pegar a compensação ambiental para ajudar para que esses sítios sejam conservados e tal e tal. Porque parece sempre aquela mesma... o mercado do licenciamento, desculpa, mas é o que a gente assiste olhando de fora. É sempre tudo muito parecido, muito igual. A audiência faz conta, depois passa, né? Já falei isso, não vou repetir. E isso é triste, porque a gente não vê uma forma de tentar ocupar, botar as pessoas mais... como um condomínio no meio do mato, um monte de encosta. Vamos usar a criatividade para que essas obras e a moradia seja mais conectada e não botar a vida dos

passarinhos lá. É tentar usar, vamos usar, tem um monte de questões arquitetônicas urbanísticas para a gente tentar conciliar as coisas. Isso não é de hoje, isso é do passado. A gente tá botando tudo nome novo hoje, mas as ideias são de antigamente. Então, assim, a gente tá precisando usar mais criatividade, usar mais proatividade para que as pessoas que vão morar nesses lugares realmente é, cara, eu tô morando no meio de uma encosta, tem um monte de bichinho, eu posso dar um... É nesse sentido. Vamos tentar alterar a forma de ocupação por meio da arquitetura e do...

02:38:05 Sra Natália Almeida

Obrigado, Shirley, mais uma vez, tá? Pelas suas... muito valiosas contribuições. Então, esse é o relato. Eu tava aqui, daqui a pouco falando com o nosso diretor de parcelamento, a quem eu dedico um abraço, tá, Bruno, você tá acompanhando a gente aí de casa, no virtual. E a gente já tá fazendo esse encaminhamento da nossa avaliação, nossa visita, nosso acompanhamento do empreendimento Reserva de Botânico, inclusive para baldar e municiar nossa equipe desse impacto sinérgico, né, da gente fazer exatamente a soma desses empreendimentos e avaliar conjuntamente esses dois empreendimentos, porque de fato estão relacionados e a comunidade sabe da influência que um tem em relação ao outro. Então é isso, pessoal. A gente encerrou aqui os inscritos para fazer uso da palavra e eu vou agora passar para a leitura de um formulário que nós recebemos. Eu queria saber se a gente recebeu mais algum outro formulário. Recebemos? Tá. Enquanto o pessoal verifica se a gente recebeu. Pois não. Senhora Mariangela.

02:39:15 Sra Mariangela

Eu quero falar para ele uma coisa que eu acho que é importante. A gente não coloca em questionamento a capacidade técnica das pessoas, sabe? A gente sabe que a pessoa que tá ali fazendo aquele trabalho, ela tá fazendo, fazendo o trabalho dela, tá ganhando, né, o salário dela pra sobreviver, ela tá fazendo um trabalho que ela sabe que tá fazendo bem feito. Mas o que precisa ver isso que a Aline falou é muito importante, porque não adianta o trabalho técnico ser competente, ser bem feito, sabe? É preciso ter vivência, sabe? Pensar no que tá acontecendo naquele local. Eu vivencio isso. E quando você vai à fase da apresentação que eu reclamei que a gente não consegue ler, é muita coisa técnica, a gente não entende nada daquela coisa técnica do seu trabalho. Mas a gente entende o que é que aquele estudo que você faz vai provocar na vida da gente, entende? Então é preciso que o... isso que a Shirley falou é muito importante. Eu trabalhei anos com um órgão onde eu já entreguei o meu cargo muitas vezes. Eu tenho 74 anos. Eu já entreguei meu cargo muitas vezes, porque não assim, não adianta. O meu parecer é esse. Ah, mas politicamente... Entrego meu cargo, entrego meu cargo, entende? Meu cargo comissionado, vamos dizer assim, né? Porque o técnico tem que ser humano, não é ser só técnico.

02:41:00 Sra Natália Almeida

Obrigado, senhora Maria, pelas contribuições. A gente precisa, vou fazer um último encaminhamento ali pro seu Cláudio, e aí a gente passa pra leitura do formulário porque ele é um pouco denso e tem bastante informação nele. Em mãos pra gente. Eu queria saber, só dar uma olhadinha antes, porque eu precisaria ver qual é mais ou menos o assunto. Porque eventualmente a gente... tá. Ah, tá. Certo. A gente vai deixar aqui, vou deixar junto com os documentos aqui que vocês precisam colocar, claro. E aí vocês escaneiam e colocam junto, tá, João, por favor, no processo. Tá, de colocar. Bom, então, pessoal, como eu vinha dizendo, a gente tem agora a etapa de leitura dos formulários que chegaram. Por enquanto a gente só chegou esse aqui, né? Mas eu vou ler, é um pouquinho denso, eu peço a paciência de vocês pra que a gente faça a leitura e quem tá acompanhando sobretudo que encaminhou isso aqui, né, de casa, tenha certeza de que a sua manifestação foi apreciada. Aqui, a senhora

Adriana Vieira Belo, ela é coordenadora de projetos da Projeplan Engenharia. A contribuição dela é a seguinte, eu vou ler. Gostaria de me manifestar como representante da Projeplan Engenharia. Somos responsáveis técnicos por diversos empreendimentos de licenciamento na região de Jardim Botânico. Após análise preliminar do estudo urbanístico proposto para o empreendimento em questão, foram identificadas interferências relevantes com áreas já licenciadas e com outras atualmente em fase de licenciamento, incluindo reservas particulares do patrimônio natural, RPPNs, bem como com projetos e processos sob nossa responsabilidade técnica. Diante disso, entendemos como necessário o protocolo de um documento técnico detalhando essas interferências. Sugerimos ainda a realização de uma agenda com o envolvimento do IBRAM para que seja possível compatibilizar os projetos e promover ajustes necessários de forma segura e adequada. Solicitamos que essas informações sejam registradas em ata e estamos à disposição para contribuir tecnicamente e construir em conjunto com o IBRAM uma agenda de trabalho voltada à análise dessas interferências e ao aprimoramento do projeto. Ela coloca como anexo uma carta aqui com os detalhes, tá, pessoal? Tô mostrando aqui. Mas é uma carta um pouco mais densa e com várias mapas, várias ilustrações, e assinadas pelo senhor Lúcio Mário Lopes e senhor Igor Damando Caldino. Então eu vou fazer o registro aqui na audiência ao vivo do recebimento dessa contribuição. Também deixar consignado em ata da leitura integral do documento e também do encaminhamento dessa reunião. Porém eu vou deixar os documentos aqui com o João Batista, que vai fazer inclusive a juntada dessa documentação oficialmente dentro desse processo. E aí essa resposta em relação aos encaminhamentos de reunião, solicitação de reunião, vão ser provocados por meio desse protocolo que o João vai fazer no processo e a gente vai responder com cópia para o pessoal também da Projeplan. Certo? Então a gente registra aqui, então, o recebimento dessa manifestação e coloca como encaminhamento a realização dessa agenda de esclarecimento nas próximas semanas aí em conjunto a equipe do empreendimento Avangarde com a equipe de engenharia da Projeplan. Tá bom? Então ciência, então. Pessoal, a gente tá aqui finalizando as nossas inscrições de fala junto com a leitura dos formulários. Já tem o retorno de que não temos formulários mais entregues e gostaria de fazer uma última rodada de perguntas no sentido de se podemos dar já início, encaminhar para o final da nossa audiência, ou se alguém quer fazer uma última consideração, peço que rapidamente. Já estamos nos aproximando do horário de término. Levantou a mão aqui primeiramente a Larissa e depois o Sérgio.

02:46:10 Sra Larissa

Na verdade, é a primeira vez que eu ouço uma pessoa do IBRAM falar em questão sinérgica de impacto sinérgico, tá? Parabéns. Obrigado. Nós estamos com 30 pondermas todas, mas não só nós. Nós somos quase 30 pondermas hoje que estamos articulados que trabalham junto ao Jardim Botânico, e as demandas que são especialmente não só ser ouvidas, mas que justamente que o planejamento considere. A questão ambiental está considerada no planejamento, não o contrário. Eu, no PDOT, as pondermas são ente do planejamento agora. Veja o PDE foi inserido. Ou seja, sabe, não esqueceu disso? Tá? Então, com um dia de análise rápida que a gente teve lendo os documentos, a gente tem umas 20 e poucas gestões que vocês receberam. Então, só quero reiterar a solicitação que a Comissão de Defesa do Ambiente do Jardim Botânico está fazendo nessa audiência pública, que é que se dê um novo prazo, que se repasse essa audiência pública daqui a 30 dias, um prazo adequado para que a gente possa, inclusive, estamos à disposição para que a gente converse com vocês, que a gente amplifique essa análise do ponto de vista técnico. O Jardim Botânico a gente tem aqui uma grande sorte de ter muita gente da área ambiental que mora aqui, de ter os órgãos ambientais que são parceiros das nossas instituições. Então, o nosso equipe é sempre... Mas para isso a gente precisa de um processo de comunicação mais eficiente, a gente quer, que não aconteceu aqui, comunicação. Não é só formal, a comunicação eu falo, e os outros, a gente sabe que vai. A gente sabe que tá legal, mas para isso a gente tem, mais de respeito, com o empreendimento, mas, independente, esse empreendimento, com um pouco mais de respeito e um pouco mais

de responsabilidade que a gente tem do ponto de vista ambiental, socioambiental, e com a sociedade aqui de Brasília.

02:48:34 Sra Natália Almeida

Obrigada. Obrigada, Larissa. Eu anotei aqui reiterar a questão de refazer a audiência pública num prazo aí, pode ser de 30 dias, né? Foi a sua sugestão. Melhorar os nossos canais de comunicação e interação com, sobretudo, os condenas. A questão de melhorar os nossos canais de comunicação e estreitar, sobretudo as nossas correspondências, né, nossa rede de comunicação aí, do sistema ambiental, é uma coisa que eu consigo aqui de pronto acatar e acolher a sua sugestão, desde o início, né? Como você chegou propondo isso, eu prontamente já vi que é uma coisa que a gente consegue melhorar e deve melhorar. E sobre a questão de refazer a audiência, eu preciso questão avaliar a nossa jurídica, tá? Porque a gente tem algumas questões que precisam ser avaliadas em conjunto para que não haja nenhuma insegurança, sobretudo jurídica, da parte nossa, da nossa procuradoria, por parte do empreendedor também. Mas eu me comprometo a dar um retorno quanto a isso o quanto antes, tá? É, Sérgio, né? Pediu a palavra.

02:49:41 Sr Sergio

Eu queria perguntar para o João Batista se já tem uma indicação, se talvez na DIUP, foi dada por vocês, do gabarito dos prédios que vão ser construídos. Já foi definido? São 400 unidades de apartamentos. Definição dos quantos pavimentos terão esses prédios? A DIUP emitida pela SEDUH já tem já essa definição. Só para confirmar a altura do gabarito. Final da altura do gabarito. O gabarito dos prédios permitidos ali pela DIUP. São 35 metros. 35 metros? Isso aí aumenta que nem fumo, né? É padrão superquadra seis andares, tá? A informação que eu tinha é que eram quatro andares acima da cota 980 e seis andares abaixo. Tá localizada... Na cota 980? Certeza? Só um instante que ele vai confirmar. Eu pergunto também porque, por exemplo, no Reserva Jardim Botânico, a informação, o Reserva Jardim Botânico se vendeu como o projeto que ia conectar a Avenida do Sol, fazer uma nova conexão para jogar mais gente na Ponte do Acá, como todos nós sabemos, tá com um trânsito muito fluido e tranquilo, né? E assim que o Reserva Jardim Botânico conseguiu conquistar corações e mentes. Mas eles diziam que os prédios eram de quatro andares. Se você vai lá no fim da minha rua e conta, você vê sete. Eu acho que dois estão para baixo e seis estão para cima, ou são oito. É difícil saber quantos andares têm ali. Tem que saber de onde conta esse andares, do ponto médio ou do... Só confirmando aqui na altura. 22,5, ah tá. Mais uma. Isso é medido a partir do ponto médio da cota soleira? Pelo amor de Deus, 22,5 só pelo meio dele. Bom, tudo bem. Só para saber mesmo. Muito obrigado.

02:52:42 Sra Natália Almeida

Pessoal, então é isso. A gente já teve bastante contribuição. Acho que foi uma audiência muito rica para, sobretudo, jogar luz nesse projeto, colocar várias questões, sobretudo ambientais, que o projeto acaba interferindo, né? Todas as contribuições foram devidamente anotadas, consideradas aqui, não só pela nossa equipe que está aqui presente, mas elas vão fazer parte oficialmente do processo de licenciamento, como eu falei, por meio da gravação da audiência e a submissão da ata completa. Lembrando que pode ser que nos próximos dias também cheguem outras contribuições, outras dúvidas que também vão fazer parte desse documento, que deve ser finalizado aí no 30º dia a contar de hoje. E, pessoal, sendo esses os encaminhamentos e os próximos passos, nós temos aqui também alguns compromissos com a comunidade, a gente anotou aqui alguns para passar bem rapidamente, como a revisão e a necessidade de repetição dessa audiência num outro momento para alcance maior do público, com a realização da análise e monitoramento do processo do

Quinhão16 Reserva de Botânico, que é o empreendimento ali vizinho ao projeto que está hoje apresentando, entre outros aqui que são de menor impacto aqui, que a gente anotou. Então, não havendo, pessoal, mais nenhuma consideração, eu gostaria já então de encaminhar para o fim da nossa audiência. Agora são 22 horas e 26 minutos, estamos dentro daquele tempo regimental que nós temos. Em primeiro lugar, nesse momento de finalização, gostaria de primeiramente agradecer a todas e todos que ficaram aqui até esse momento, participando ativamente, saudar a comunidade que também participou de forma muito organizada, muito técnica e bastante respeitosa para com a nossa equipe, afinal, nós estamos aqui trabalhando para cumprir com a nossa missão de servir à nossa sociedade. Endereço também meus agradecimentos mais profundos aqui à nossa equipe do Brasília Ambiental, que permite, né, através da nossa assessoria e todo o nosso corpo técnico, a realização dessa audiência e também a realização da análise desse processo de licenciamento, todos eles que passam lá pela nossa equipe. Então, muito obrigada, muito obrigada à equipe da CADMO pela apresentação, pelo conhecimento que foi transmitido aqui no dia de hoje, agradecer o pessoal da equipe técnica, Leandro e toda a equipe, Eduardo e toda a equipe que fizeram a transição correr da melhor forma possível, e todo mundo que está no apoio também, enfim, no cuidado aqui com o nosso espaço, o pessoal da paróquia que nos ofertou aqui, na verdade, para o empreendimento. Esse espaço aqui confortável para que a gente tivesse um trabalho bastante tranquilo na noite de hoje. Então, feitos esses agradecimentos, eu também quero agradecer em meu nome, eu acabei nem me apresentando, né, mais educado, eu sou Natália Almeida. Agradecer em meu nome e em nome, enfim, do nosso presidente Gutenberg, em nome de todos que intervêm nesse licenciamento e monitoramento ambiental. E desejar uma boa noite para todo mundo, bom retorno para casa, bom descanso, lembrar que o nosso trabalho continua, sobretudo nos próximos 30 dias, e estamos aqui, vamos ficar finalizando o nosso trabalho, mais uma exposição para aquela conversa aqui de canto, para tirar uma outra dúvida que ficou, e boa noite, muito obrigada e até a próxima, pessoal.

02:56:34 FINAL